

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LUCIANA MIRIAN MOREIRA

**O “PROJETO SOCIAL ANJO DA GUARDA” EM CAÇADOR/S.C.: UMA DAS
EXPRESSÕES DO PROGRAMA SENTINELA.**

Teresa Kleba Lisboá
Teresa Kleba Lisboá
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 19/02/2004

FLORIANÓPOLIS, 2003/2

LUCIANA MIRIAN MOREIRA

**O “PROJETO SOCIAL ANJO DA GUARDA” EM CAÇADOR/S.C.: UMA DAS
EXPRESSÕES DO PROGRAMA SENTINELA.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, para obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social, orientado pela
professora Catarina Maria Schmickler.**

FLORIANÓPOLIS, 2003/2.

LUCIANA MIRIAN MOREIRA

**O “PROJETO SOCIAL ANJO DA GUARDA” EM CAÇADOR/S.C.: UMA DAS
EXPRESSÕES DO PROGRAMA SENTINELA.**

**Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social**

BANCA EXAMINADORA

**Professora Catarina Maria Schmickler, Dra.
Presidente**

**Marli Palma Souza, Dra.
Professora do Curso de Serviço Social da UFSC**

**Lilian Keli Rech
Assistente Social**

FLORIANÓPOLIS, 2003/2.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos do Projeto Social Anjo da Guarda, que tão calorosamente me acolheram e se dispuseram a troca de experiências.

À Professora Catarina pela orientação e sugestões durante a construção desse trabalho.

Agradeço a Deus que com certeza estava ao meu lado nos momentos mais difíceis de ansiedade e angústia.

À minha mãe, pelas palavras bondosas, pelo carinho, por acreditar em mim, e por ser a pessoa maravilhosa e especial que é.

À minhas irmãs que me incentivaram e me deram carinho e conforto nos momentos difíceis.

Ao meu noivo, que apesar da distância, sempre demonstrou amor, carinho, compreensão e dedicação durante essa caminhada que me ajudou a trilhar. Te amo.

À todas as colegas de turma, em especial a Francieli, a Karla e a Mariana, que durante essa jornada estiveram sempre presentes tão amigas e companheiras. Espero que apesar dos caminhos que nossas vidas seguirem, não percamos o contato.

Enfim a todos que de alguma forma estiveram presentes, dando apoio, incentivo e contribuíram para a conclusão de mais essa etapa na caminhada da minha vida.

*“... como são tristes os dias
Da criança escravizada,
Todos mandam na coitada,
Ela não manda em ninguém...
O pai manda, a mãe desmanda,
O irmão mais velho comanda,
Todos entram na ciranda,
Ela sempre diz amém...”*

Ruth Rocha

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----------|
| Tabela nº 01 Tipo de violência por gênero e faixa etária..... | 75 |
| Tabela nº 02 Tipo de violência, situações novas, situações já em atendimento e total de atendimentos..... | 78 |
| Tabela nº 03 Relação tipo de violência X agressor..... | 79 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 1 PROGRAMA SENTINELA: ESPAÇO DE PREVENÇÃO, COMBATE E ATENDIMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAÇADOR/SC..... | 11 |
| 1.1 Do Brasil Colônia às Legislações de Atendimento à Infância e Adolescência no Brasil Contemporâneo..... | 11 |
| 1.2 Programa Sentinela – Projeto Social Anjo da Guarda..... | 28 |
| 1.3 Características da intervenção profissional do Serviço Social..... | 36 |
| 2 O MUNICÍPIO DE CAÇADOR – S.C..... | 41 |
| 2.1 Breve histórico..... | 41 |
| 2.2 Resgate da atenção dada a crianças e adolescentes em Caçador..... | 56 |
| 3 OS RELATÓRIOS REVELADORES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A INTERVENÇÃO PRÁTICA DO ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL..... | 66 |
| 3.1 A prática do estágio no Projeto Social Anjo da Guarda..... | 66 |
| 3.2 Os números das violências de março a junho de 2003..... | 73 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 81 |
| REFERÊNCIAS..... | 86 |
| ANEXOS..... | 89 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intenção apresentar o *Projeto Social Anjo da Guarda* do município de Caçador/SC, dando visibilidade às denúncias da violência contra crianças e adolescentes no município. Contemplamos, assim, a experiência do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado junto ao referido *Projeto*, no primeiro semestre de 2003.

O *Projeto Social Anjo da Guarda* implementado pela Prefeitura Municipal de Caçador, tem como pressuposto as deliberações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil, visando a articulação das Políticas de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.

O público alvo do *Projeto* são crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intra e/ou extra familiar, exploração sexual comercial, violência física, violência psicológica e negligência, e que se encontram em situações circunstanciais ou contextuais de risco ou de extremo risco. Tem como intuito, a prevenção, o combate e o atendimento das situações de violência nas suas diversas modalidades, bem como o atendimento familiar. As ações são voltadas para a recuperação dos traumas deixados pela exposição à violência, oferecendo subsídios para uma convivência sadia com a família e a comunidade, além de encaminhamentos para serviços de garantia de direitos.

Para entendermos quão importante e necessário se faz o atendimento especializado nas situações de violência vivenciada por crianças e adolescentes, é fundamental que conheçamos minimamente o assunto e entendamos os tabus e as dificuldades inerentes a essa questão.

Um fator relevante quanto ao fenômeno da violência contra a população infanto-juvenil é a relação que esta costuma apresentar com a violência estrutural -

entendida como a violência entre classes sociais, a dominação de uma classe sobre a outra, característica inerente ao modo de produção das sociedades desiguais, em que a distribuição da riqueza social é profundamente desigual. As crianças e os adolescentes, são vítimas desse sistema que exclui uma parcela considerável de pessoas do acesso a tudo que a sociedade pode oferecer. Estão, muitas vezes, inseridos em famílias com pais desempregados, sendo empurrados, dessa forma precocemente para o trabalho; não tendo condições de uma alimentação e saúde adequadas; não freqüentam a escola e não tem condições para o lazer, as brincadeiras e o sonho. Dessa forma antes de sofrerem algum tipo de violência intra ou extrafamiliar, algumas já são vítimas dessa violência dita estrutural.

A violência contra crianças e adolescentes representa uma violação dos direitos essenciais dessa população como pessoas e, portanto, uma negação dos valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança. Essa violência inerente às relações interpessoais adulto-criança/adolescente, permeia todas as classes sociais e representa todo ato ou omissão praticada por pais, parentes, responsáveis, pessoas próximas ou não da criança ou do adolescente e que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes tem de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO e GUERRA, 1993).

Segundo Azevedo e Guerra (1993), a violência existente nessa relação interpessoal adulto-criança/adolescente consiste numa transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade, numa desigualdade de poder intergeracional, estabelecendo-se uma relação adultocêntrica, em que o adulto torna-se o centro do relacionamento. Nesse processo há uma negação da liberdade da criança ou do adolescente, os quais são coagidos pelo agressor para que se sintam cúmplices,

estabelecendo-se, não sem frequência, um pacto de silêncio. Nessa relação ainda existe a possibilidade da vitimação como forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, de submetê-la ao poder do adulto a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste. Por isso mesmo, o abuso-vitimação consiste, pois, num processo de completa objetualização da criança ou do adolescente, isto é, de sua redução à condição de objeto de maus-tratos. (AZEVEDO e GUERRA, 1993).

Estas são apenas algumas implicações que permeiam a questão da violência contra a população infanto-juvenil e precisam ser levantadas quando se pretende abordar tal tema, buscando desvendar as peculiaridades que envolvem o assunto.

Para apresentarmos as questões relacionadas acima, dividiremos este trabalho da seguinte forma: no primeiro capítulo abordaremos algumas legislações destinadas a crianças e adolescentes ao longo da história no Brasil até chegarmos a proposta do Programa Sentinela – *Projeto Social Anjo da Guarda*, evidenciando também a prática do Serviço Social; no segundo capítulo discorreremos sobre o município de Caçador, fazendo um breve resgate da atenção dada à crianças e adolescentes até os dias atuais; e finalmente no último capítulo, apresentaremos a nossa intervenção no campo de estágio e os relatórios elaborados pelo *Projeto*, que retratam a violência contra crianças e adolescentes no município.

Assim, através desse Trabalho de Conclusão de Curso, pretendemos dar visibilidade à situação de violência vivenciada por uma parcela considerável de crianças e adolescentes do município de Caçador através das ações desenvolvidas no *Projeto Social Anjo da Guarda*, representando uma das formas de enfrentamento a essa questão, com ações especializadas de atendimento, prevenção e combate às violências.

1 PROGRAMA SENTINELA: ESPAÇO DE PREVENÇÃO, COMBATE E ATENDIMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAÇADOR/SC.

1.1 Do Brasil Colônia às Legislações de Atendimento à Infância e Adolescência no Brasil Contemporâneo

Para uma melhor compreensão sobre a atenção dispensada à crianças e adolescentes no período compreendido acima, faz-se necessário uma retrospectiva histórica, evidenciando as peculiaridades e alguns detalhamentos da legislação brasileira voltada à população infanto-juvenil.

Já no período colonial (séc. XVI), desembarcaram no Brasil não apenas os desbravadores europeus mas também os padres Jesuítas da Companhia de Jesus, que como afirma Del Priore (apud PILOTTI E RIZZINI, 1995, p.222): “trataram de converter, cristianizar e “humanizar” os índios brasileiros, e tentaram isolar os filhos destes de sua “má influência”, como atesta a correspondência, deixada por Nóbrega e Anchieta”.

Nesse período, no Velho Mundo, as crianças não eram muito diferenciadas dos adultos, participando logo do movimento da vida coletiva, como afirma Ariés (1981, p.275): “Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio – ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade”¹. Assim, segundo o autor, a infância só teria sido “descoberta” no século XVII. Antes desse período, a iconografia

¹ O livro *História Social da Criança e da Família* de Philippe Ariés (1981), revela a sensibilidade adulta acerca da infância em sociedades européias, tomando o final da Idade Média como ponto de partida e o século XIX como ponto de chegada. Muitas modificações ocorreram nesse âmbito: a criança, a princípio, é destacada apenas por um não-ser adulto. Pouco a pouco, reconhecida em especificidades que são só suas, passaria a ser observada, paparicada, mimada e, finalmente, amada.

desconhecia ou não tentava representar a infância, a não ser pela diferença de tamanho, em relação ao adulto.

Essa situação foi se alterando, aproximadamente no final do séc. XVII, com a introdução da escola como meio de educação, deixando a criança a partir disso, de ser misturada ao mundo dos adultos e de receber apenas deles todos os ensinamentos para a vida. Sobre isso Ariés (1981) nos coloca que as ordens religiosas fundadas então, como os jesuítas ou os oratorianos, tornaram-se ordens dedicadas ao ensino, e não se dirigiam mais aos adultos, sendo reservadas às crianças e aos jovens. Esse movimento confinou crianças antes livres, a um regime disciplinar rigoroso.

Foi nesse sentido também, o movimento que fez com que os padres jesuítas no Brasil escolhessem as crianças indígenas tal qual um papel branco, onde poderia inscrever-se o que se desejasse, como salienta Chambouleyron (1999). Os padres entendiam que era sobre essa cera branca, que deveriam imprimir-se os caracteres da fé e virtudes cristãs, e para isso elaboraram estratégias e projetos, que se transformavam a medida que se considerava a própria conquista portuguesa na América.

Para tratarmos das legislações referentes à população infanto-juvenil, começaremos pelo período logo após a Independência do Brasil, em 1822, momento em que ainda era incipiente a preocupação com relação as crianças e aos jovens. As discussões sobre os menores de idade aparecem nesse período ligadas a primeira lei penal do Império - O Código Criminal de 1830, que trouxe o interesse de cunho jurídico à população infanto-juvenil². Antes dessa lei os mesmos eram severamente punidos, sem muita distinção dos delinquentes adultos.

² Segundo Rizzini (1995, p.104), “essa lei pode ser considerada um avanço, pois até então vigoravam as Ordenações do Reino de Portugal, cujas medidas punitivas foram abolidas por serem consideradas bárbaras. Basicamente o que vai se considerar na lei de 1830 é o estabelecimento da responsabilidade penal para menores a partir de 14 anos, acrescentando que, “se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às Casas de Correção pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezasete annos” (Lei de 16 de Dezembro de 1830)”.

A assistência à infância e à juventude, começa a se configurar na primeira metade do século XIX, quando a tônica era a criança órfã e exposta, o que já se fazia presente no século XVIII³. A roda de expostos, cuja origem é italiana, era uma espécie de roleta onde as crianças eram deixadas sem que se pudesse identificar quem as abandonava. Durante a época colonial, foram implantadas três rodas de expostos no Brasil, em suas cidades mais importantes: a primeira em Salvador, logo a seguir outra no Rio de Janeiro e a última em Recife. Era uma prática fundada na ideologia cristã de amparo e assistência através da iniciativa privada de cunho religioso e caritativo, recebendo subsídios do Governo⁴. (SOUZA, 1992).

A partir da segunda metade do século XIX, registra-se como uma característica importante na legislação, a preocupação com a educação. Seriam as primeiras medidas efetivas dos poderes públicos com relação à infância pobre, que davam ênfase aos “meninos desvalidos”, excluídos os escravos e as meninas. Eram leis que tratavam da regulamentação do ensino primário e secundário. Visavam o ensino a todos, sem discriminação, não sendo a pobreza impedimento para o acesso as escolas, e o incentivo por parte do Governo para a abertura das mesmas, era significativo, porém, não é essa a tônica que acompanhará as políticas discriminatórias para as crianças, de acordo com a sua origem social.

Consta no Decreto nº630, de 1851, que os requisitos necessários para qualquer pessoa que se dispusesse a abrir uma escola ou lecionar eram: “...requerer licença ao Inspector Geral, justificando aptidão, idade maior de vinte e hum annos e moralidade” (Decreto nº 630, 1851, p.56). Tais

³No Brasil Colônia, a assistência às crianças abandonadas, órfãs e pobres seguiu os moldes ditados pela corte e adotados em Portugal, ou seja, era de responsabilidade das Câmaras Municipais, mas foi em grande parte assumida pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (prestava assistência a pobreza urbana, promovida por Irmandades de Caridade de leigos, instituição então existente na Europa, tendo o modelo italiano inspirado o português). (SILVEIRA FALEIROS, apud PILOTTI e RIZZINI, 1995, p.227)

⁴ As Câmaras Municipais nunca chegaram a assumir de fato a assistência aos expostos, precisando as entidades contar com doações realizadas por particulares, como a própria Irmandade Nossa Senhora da Misericórdia. Essa questão poderia ser diferenciada de uma roda a outra. (SILVEIRA FALEIROS, apud PILOTTI e RIZZINI, 1995, p.233).

escolas, porém, não eram na realidade, destinadas a todos. O Decreto nº 1.331-A, de 1854, em seu artigo 69, estabelecia: “Não serão admitidos á matrícula, nem poderão freqüentar as escolas: os meninos que padecerem moléstias contagiosas; os que não tiverem sido vacinados, e os escravos”. (RIZZINI, 2000, p.13).

Com relação a população escrava, a partir de 1850, algumas regulamentações já começam a surgir⁵. Em 1871, foi sancionada a Lei do Ventre Livre. Sobre isso nos coloca Pilotti e Rizzini (1995, p.107): “a Lei estabelecia que a partir de então os filhos de escravos nasceriam libertos (“ingênuos”), no entanto, tal liberdade permanecia condicionada à vontade do Senhor, à medida em que este, ao “criá-los” até os 8 anos de idade, adquiria o direito de usufruir de seu trabalho até que completassem 21 anos, ou então entregá-los ao Estado, recebendo, neste caso, uma indenização”.

A escolha por ficar com as crianças, foi feita por muitos Senhores, visto que a economia agrícola da época era essencialmente escravocrata. Essa lei, apesar da correlação de forças que a polarizava, serviu para mudar a percepção da sociedade em relação à criança, antes escrava, e responsabilizou o Estado por seu destino que se limitava, anteriormente, apenas às decisões de seus donos.

Ainda na segunda metade do século XIX, o país passava por grandes transformações no cenário político e econômico, em processo acelerado de urbanização e industrialização. Nessa passagem da vida rural para a urbana, ganhavam particular relevo os conhecimentos médicos sobre higiene, principalmente, aqueles sobre o controle e a prevenção de doenças infecto-contagiosas. A preocupação dos médicos voltara-se para a criança, principalmente a criança pobre. Estabelecem-se aí as bases da puericultura⁶ no

⁵ A primeira referência aparece numa forma de aviso, em 1852, através do qual o Ministério dos Negócios da Justiça do Rio de Janeiro declara ao Presidente da Província de São Paulo, em resposta a uma solicitação sua, que as disposições do Código Criminal são “também aplicáveis aos escravos menores”. (RIZZINI, 2000, p.14).

⁶ Os princípios da puericultura, relacionados a “higiene da maternidade e da infância”, têm origem em movimento nascido na Inglaterra e na França no século XVIII sobre “as noções da conveniente criação humana”. (LESSA, apud RIZZINI 2000, p.17).

Brasil, destacando-se a figura de um dos maiores higienistas, Dr. Moncorvo Filho, incansável na luta com o descaso em relação à infância, sendo o criador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1891). Como afirma Rizzini (2000, p.17): “Moncorvo Filho denunciava de forma contundente o descaso do país em relação ao estado de pobreza em que vivia a população, demonstrando seus efeitos maléficos sobre a infância – nunca deixando de apontar que, ao afetarem a criança, comprometiam o futuro da nação”. Estava convencido da missão higienista, de caráter científico-filantropica da medicina, e não poupou esforços no sentido de educar a população.

No início do século XX, o discurso é o de que a criança é o elemento chave para a transformação do país e os movimentos populares começam a cobrar do Estado uma assistência pública para as crianças abandonadas e delinquentes. As leis de proteção à infância, faziam parte da estratégia de educar o povo e sanear a sociedade.

Várias são as leis dispostas para tratar da situação da infância. Em 1908, recebia destaque o decreto nº 6.994, de 19 de junho de 1908, intitulado “Dos Casos de Internação”, em que havia a preocupação por parte do governo em incentivar a criação de “colônias correccionais”, através de subsídios do Estado. Em 1912, um outro projeto de João Chaves, tratava da providência sobre a infância abandonada e criminosa⁷. O projeto de Chaves inova ao propor um maior afastamento da área penal, reforçando a idéia de existirem juizes e tribunais especiais para menores, porém impõe maior vigilância sobre a vida do menor e de sua família. Como aponta Rizzini (2000, p.22),

⁷ Propõe João Chaves que devem recair sobre a tutela da União ou dos Estados, sob decisão do tribunal ou juiz competente “para effeito de serem submettidos a conveniente regimen hospitalar ou educativo, os menores de um ou outro sexo: a) materialmente abandonados; b) moralmente abandonados; c) mendigos e vagabundos; d) que tiverem delinqüido”. (RIZZINI, 2000, p.21).

por volta da década de 1910, já estava formada a essência da legislação relativa aos menores, bem refletida no projeto de João Chaves. Ele apontava a que o Estado assumisse a responsabilidade como uma espécie de tutor oficial; à criação da função do juiz e do tribunal especializados nos assuntos concernentes aos menores; à fixação da idade penal em 14 anos, sendo a menoridade um atenuante às penas; ao escrutínio e a vigilância sobre a vida do menor, bem como sobre os seus antecedentes e o controle sobre sua família, tendo o poder de suspender, destituir e restituir o pátrio poder.

Em 1919, entrava em vigor o Decreto nº 13.706, que tratava da organização dos patronatos agrícolas, para a educação de menores desvalidos⁸. Em 1921, por autorização do Presidente Epitácio Pessoa, organiza-se o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinqüente. O período de 1923 a 1927, sem dúvida foi o período mais profícuo em termos de leis, durante o qual vê-se o avolumar de capítulos, artigos e incisos, procurando-se cobrir, com todo o detalhamento possível, a organização da assistência e proteção à infância abandonada e delinqüente.

O decreto nº 16.273 de 1923, tratava de reorganizar a Justiça do Distrito Federal. Entre as funções do Juízo de Menores, prescritas, estavam a assistência e a proteção aos menores abandonados e delinqüentes. O juiz devia, neste sentido, ordenar as medidas concernentes ao tratamento, colocação, guarda, vigilância e educação dos mesmos. (PILOTTI e RIZZINI, 1995). Foi incluída assim a figura do Juiz de Menores na administração da justiça, sendo nomeado Mello Mattos, que foi o primeiro juiz de menores da América Latina. (SOUZA, 1992). Em 1924, através do Decreto nº 16.300, é instituída a Inspeção de Higiene Infantil, como parte do Departamento Nacional de Saúde Pública.

⁸ Os patronatos deveriam ser exclusivamente para as classes pobres, visando a educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos e, daqueles que, por insuficiência da capacidade da família em lhes dar educação, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. (RIZZINI 2000, p.24-25).

Chegamos enfim ao I Código de Menores. Em 1927, o decreto nº 17.943-A consolidava as leis de assistência e proteção aos menores, contendo 231 artigos. Buscava cobrir um amplo espectro de situações envolvendo a infância e a juventude. O que impulsionava as ações, era a resolução do problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controle sobre os mesmos através de mecanismos de tutela, guarda, vigilância, preservação e reforma. (PILOTTI e RIZZINI, 1995).

Uma das mais importantes contribuições do Código de 1927 foi a introdução do capítulo IX, que versa sobre a regulamentação do trabalho infantil e juvenil. Era proibido empregar menores com idade inferior a 12 anos. E para os menores de 18 anos a jornada de trabalho deveria ser de seis horas por dia, interrompida por um ou vários repousos, cuja duração não poderia ser inferior a uma hora. Criaram-se restrições rigorosas em relação a horário, local e pessoas que os empregassem.

A criação de uma legislação especial para menores, veio ao encontro do objetivo do Governo de manter a ordem almejada, à medida em que, ao zelar pela infância abandonada e criminosa, prometia-se extirpar o mal pela raiz, livrando a nação de elementos vadios e desordeiros, que em nada contribuíam para o progresso do país. (PILOTTI e RIZZINI, 1995).

Nos anos de 1930, ainda era presente a preocupação diante do aumento da criminalidade infantil. Durante o Governo Vargas, ocorreu um deslocamento da argumentação jurídica para um enfoque mais contextualizado, no qual a situação da pobreza generalizada da população, começa a ser levada em conta⁹.

⁹ A família do trabalhador, será o grande foco de intervenção, através de medidas como a legislação previdenciária, a organização dos sistemas de pensões e aposentadorias, a consolidação das leis trabalhistas, buscando combater o problema da miséria que assolava grande parte da população. (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p.136)

A conotação jurídica implícita na descrição do problema dos menores, dá espaço para uma caracterização de cunho social da infância e da adolescência. Coube à Assistência Social constituir a base da legislação, sendo a necessidade dessa assistência social resultante da compreensão do descompasso existente entre as classes sociais, o que poderia ocasionar uma ameaça à própria nacionalidade, com tantos problemas sociais. Cuidado que se teria também, em virtude da influência das idéias socialistas e comunistas, entendidas pelo Estado, como maus a serem combatidos. (PILOTTI e RIZZINI, 1995).

Uma das iniciativas foi a instituição do Conselho Nacional de Serviço Social, através do Decreto-Lei nº 525, de 1 de julho de 1938, instaurando serviços públicos com o objetivo de suprimir deficiências causadas pela miséria e a pobreza, cuja regulamentação foi consolidada através do Decreto nº 2.024, de 1940, que organizou os serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência, instituindo o Departamento Nacional da Criança, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. O Serviço Social será, portanto, parte integrante da formulação dos programas de bem-estar e da legislação nos anos de 1940.

Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, através do decreto – Lei nº 3.799, destinado a atuar junto aos menores delinquentes e desvalidos. A instituição do SAM, demonstrava que o problema dos menores ainda provocava inquietações.

Ainda na construção das bases voltadas para a assistência, outro órgão surgiria e se destacaria: a Legião Brasileira de Assistência - LBA, criada em 1942. Esta tinha como alvo, finalidades bem gerais, tais como “empreender esforços no levantamento do nível de vida dos trabalhadores”; promover a “educação popular”; a “proteção materno-infantil”; priorizando a “saúde do povo brasileiro” e visando “pessoas moral ou economicamente desajustadas” . (RIZZINI, 2000, p.48).

Nas décadas de 1940 e 1950, foi possível perceber melhora nas condições de vida do trabalhador, que resultaram em benefícios sociais importantes para a população, principalmente sobre as condições de trabalho, saúde, educação, repercutindo sobre a situação da infância. Apesar disso, não conseguiu-se acabar com o contingente de excluídos, resultantes do sistema capitalista, concentrador de renda e das distorções administrativas, que sempre caracterizaram a política brasileira. (PILOTTI e RIZZINI, 1995).

Em 1964, o Poder Executivo, criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM, em substituição ao SAM, inaugurando o governo militar, após o golpe de 1964. O novo órgão pretendia ser o reverso do seu predecessor. A ela se incorporou o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores. Gozava de autonomia administrativa e financeira, pensava-se dessa forma em afastar o fantasma da burocracia e da corrupção, que haviam caracterizado o funcionalismo do SAM. Tinha jurisdição em todo o território nacional, fixando diretrizes para a política nacional de assistência. Ao percebermos as competências da FUNABEM, ressalta-se a amplitude da sua esfera de atuação:

- I - Realizar estudos, inquéritos e pesquisas para desempenho da missão que lhe cabe, promovendo cursos, seminários e congressos, e procedendo ao levantamento nacional do problema do menor;
- II - Promover a articulação das atividades de entidades públicas e privadas;
- III - Propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar necessários aos seus objetivos;
- IV - Opinar, quando solicitado pelo Presidente da República, pelos Ministros de Estado ou pelo Poder Legislativo, nos processos pertinentes à concessão de auxílios ou de subvenções, pelo Governo Federal, a entidades públicas ou particulares que se dediquem ao problema do menor;
- V - Fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos com ela celebrados;
- VI - Fiscalizar o cumprimento da política de assistência ao menor, fixada por seu Conselho Nacional;
- VII - Mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda a comunidade na solução do problema do menor;

VIII - Propiciar assistência técnica aos Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas que a solicitarem”. (VOGEL, apud PILOTTI e RIZZINI, 1995, p.300-301).

Apesar disso, o que se instaurara, e que passou a prevalecer foram medidas repressivas¹⁰ que compuseram a Política de Segurança Nacional, mediante a criação dos grandes internatos como as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor - FEBENS¹¹. (SOUZA, 1992).

Na década de 1970, surgem novas discussões sobre um novo Código de Menores. O que se buscava era preencher a lacuna, que a não reforma da legislação, deixara há tantas décadas. A necessidade de revisão do Código de Menores foi apontada por muitos ao longo dos anos, sendo muitas as propostas de anteprojetos e projetos de Códigos em sucessivos anos, oriundos de diversos estados¹². Apenas alguns porém, tornaram-se públicos e foram debatidos¹³. Mas somente em 10/10/1979, surge através da Lei 6.697 o novo Código de Menores, configurando a “doutrina da situação irregular”, na qual se incluíam os menores privados de condições de subsistência, saúde e instrução

¹⁰ Em 10/04/1967, é aprovada a lei nº 5258, rebaixando a idade de responsabilidade penal para 16 anos e restabelecendo o critério de discernimento para a faixa de 16 a 18 anos. Houve reação contra a lei (...) sendo substituída pela nº 5439 em 22 de maio de 1968, sem que se mudasse o caráter repressivo e punitivo da legislação penal vigente. (RIZZINI, 2000, p.65).

¹¹ Para cumprir suas funções levando em conta referências regionais e geo-econômicas para o desenvolvimento, a Fundação tinha de contar com organismos que se encarregassem da aplicação dos recursos, no nível local, desencadeando um processo de sensibilização dos governos estaduais, dando origem as Fundações Estaduais do Menor – FEBEMS. (VOGEL, apud PILOTTI e RIZZINI, 1995, p.307).

¹² A necessidade de revisão do Código de Menores de 1927, foi apontada por muitos, mas tornou-se evidente com a promulgação do novo Código Penal de 1940, no qual estendeu-se a idade da responsabilidade penal para 18 anos. Os tempos eram outros, mas o Código Mello Mattos aclamado por tantos, resistia às profundas transformações do país. (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p.142).

¹³ Segundo Bulhões de Carvalho, em 1943, o Ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho formou uma Comissão revisora do Código de Menores, em virtude do Código Penal e do Decreto nº 2024 (1940), que criou o Departamento Nacional da Criança. Naquela época, a referida Comissão, que contou com a participação do Juiz Saboia Lima, recomendou que o novo Código não poderia ser exclusivamente jurídico, mas ter caráter social (preventivo, curativo e assistencial). (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p.142-143).

obrigatória, os quais deveriam ser protegidos e vigiados. Em relação a isso coloca Faleiros (apud PILOTTI e RIZZINI, 1995, p.81),

O Código de 1979 define como situação irregular a privação de condições essenciais à subsistência, saúde, e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus-tratos; por perigo moral em razão de exploração ou por encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. Assim as condições sociais ficam reduzidas à ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor: assistência, proteção ou vigilância. Na prática consagra o que vinha fazendo a FUNABEM.

O Código não deixou para trás o caráter correcional e repressivo das outras legislações. Em relação ao infrator, a lei permitiu a aplicação de medidas aos acusados, sem provas, e só instaurava o processo contraditório quando a família dos acusados designavam um advogado. (SOUZA, 1992).

Novos ares inaugurariam a próxima década, com significativas transformações no campo político-social brasileiro, trazendo conseqüências para a legislação referente à infância. A abertura política avançava a passos largos, com a redemocratização do país. Neste momento a chamada abertura política se inscreve no contexto de uma transição à democracia e de uma passagem do paradigma corretivo, que predominou nesse e em períodos anteriores, a um paradigma educativo, e mais que isso, de direitos para a criança e o adolescente.

Além desse processo de redemocratização do país, que possibilitou as discussões e a organização dos movimentos sociais em favor dos direitos da criança e do adolescente, também estas movimentações estavam consubstanciadas nas Declarações e Convenções internacionais, que tratam dos interesses da população infanto-juvenil. Entre esses documentos importantes estão a Declaração de Genebra de 1924, intitulada de

“Direitos da Criança”, aprovada pela Liga das Nações; a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pelas Nações Unidas em 1959; em 1979 foi considerado o Ano da Criança em comemoração à Declaração de 1959 e atualmente os direitos dessa população estão minimamente dispostos na Convenção de 1989 sobre os Direitos da Criança. Essas foram passagens importantes no contexto mundial que expressam os interesses de crianças e adolescentes e que no Brasil contribuíram e embasaram a construção das legislações voltadas à população infanto-juvenil. (DOLINGER, 2003).

Na década de 1980, o governo sofria pressões de vários setores da população para tomar providências em relação a situação da população infanto-juvenil, que se apresentava em grande número vagando pelas ruas. Os indicadores sociais passam a ser tema de debates públicos.

Em 1980, 64,5% dos menores de 19 anos compunham a população urbana. A população estimada para o Brasil, em 1981, era de 120 milhões, 179 mil e 300 pessoas compondo 27 milhões, 690 mil famílias. Pois bem: 48,9% dessas famílias que se caracterizavam por ter como chefe uma pessoa cujo rendimento mensal era inferior a 2 (dois) salários mínimos, abrigavam 51,2% dos menores de 19 anos. Se acrescentarmos os que se declaravam “sem rendimentos”, podemos considerar a existência de 32 milhões de menores atingidos pela carência sócio-econômica. (RIZINNI, 1995, p.159-160).

O menino de rua passa a representar a situação da infância e juventude no país. Tomam visibilidade grupos como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Pastoral do Menor, Comissão Nacional da Criança e Constituinte etc. Com essa mobilização da sociedade civil, o resultado apareceu no art. 227 da Constituição Brasileira de 1988, assim disposto:

É dever da Família, da Sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Os princípios contidos nesse artigo serviram como embasamento para a criação da lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que revoga o Código de Menores de 1979 e trás detalhadamente os direitos da criança e do adolescente já em forma de diretrizes gerais para uma política nessa área. Adota a Doutrina da Proteção Integral aos mesmos, passando a serem juridicamente considerados sujeitos de direitos, e não mais menores, incapazes, objetos de tutela, de obediência e de submissão.

O Estatuto estabelece uma articulação entre Estado, sociedade e família na operacionalização da política para a infância com a criação dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Tutelares e dos Fundos geridos por esses Conselhos; descentraliza a política, através da criação dos conselhos em nível estadual e municipal; garante à criança absoluta prioridade no acesso às políticas sociais; estabelece medidas de prevenção e uma política especial de atendimento. (FALEIROS, 1995). O Estatuto ainda preconiza uma ação pedagógica junto a esse segmento, redimensiona o atendimento priorizando a convivência familiar e comunitária. Representa um marco de ruptura definitiva com o paradigma da “situação irregular” e conseqüente consolidação da Doutrina da Proteção Integral, fundada no princípio da Prioridade Absoluta, consagrado no já referido Art. 227, da Constituição Federal Brasileira.

As demais políticas setoriais passam a ser regulamentadas na perspectiva desse novo marco legal. Em 1990, a Lei nº 8080/90 institui o Sistema Único de Saúde – SUS, em 1993, a Lei nº 8742/90 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – que dispõe sobre a organização da assistência social, e em 1996 a Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – que regulamenta os sistemas de educação e ensino. Trata-se, portanto, de legislações que se articulam dentro das novas condições de

institucionalidade democrática e têm princípios comuns, como a descentralização política e administrativa e a participação da sociedade na formulação das políticas. (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2000).

Em junho de 2000, na cidade de Natal/RN, realizou-se um encontro, que contou com a participação de várias instituições e atores da rede de proteção e defesa de direitos da infância e da adolescência, e onde foi concebido e aprovado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. O Plano é um instrumento de garantia de direitos de crianças e adolescentes que pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual. O referido Plano foi apresentado e deliberado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, na assembléia ordinária de 12/07/2000, constituindo-se em diretriz nacional no âmbito das políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. (Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, 2001).

Uma das estratégias utilizadas para enfrentar essa situação foi a implantação do Programa Sentinela, dentro do âmbito da Política de Assistência Social, entendida como direito do cidadão pela Constituição de 1988 e regulamentada pela LOAS. O referido Programa é coordenado pela Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS, cujas ações são desenvolvidas pelos “Centros de Referência”, entendidos como um serviço de natureza especializada e permanente, que os municípios implantam para o desenvolvimento de ações sociais especializadas de atendimento e proteção imediata às crianças e adolescentes vitimados pela violência. Os centros devem se mobilizar, desenvolvendo diversas ações de prevenção, defesa, responsabilização, mobilização,

articulação e atendimento, em favor das crianças e dos adolescentes em situação de risco, enquanto programa público de alcance nacional¹⁴.

O Programa Sentinela, destina-se a cumprir as linhas de ação da política de atendimento estabelecidas no art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim disposto – “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios”. (Guia Operacional para Funcionamento dos Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela, 2003, p.2).

Para a operacionalização das atividades nos Centros de Referência, há alguns princípios, objetivos e outros dados relevantes para o seu funcionamento.

Os **princípios** para o desenvolvimento das ações são: “ter como fundamento o interesse superior da criança e do adolescente; desenvolver ações articuladas governamentais e não-governamentais; manter o compromisso ético, moral, político e técnico das ações; obedecer os direitos à dignidade, ao respeito e à liberdade”. (Guia Operacional para Funcionamento dos Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela, 2003, p.6).

Os objetivos, embasados nesses princípios, são os seguintes:

- **Objetivos Gerais:**

1. Prestar atendimento social especializado às crianças e adolescentes vítimas de violências, bem como aos seus familiares;
2. Criar condições para a garantia dos direitos fundamentais e o acesso aos serviços públicos existentes no município, de assistência social, saúde, educação, justiça, segurança, esporte, cultura e lazer às crianças e adolescentes atendidas pelo Programa Sentinela.

- **Objetivos Específicos:**

1. Construir no município uma rede de serviços que permita a garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes;
2. Desenvolver ações sociais para o fortalecimento da auto-estima e o restabelecimento do direito a convivência familiar e comunitária da população infanto-juvenil;

¹⁴Pesquisa realizada no Guia Operacional de Funcionamento dos Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela/2002, que faz parte do arquivo do *Projeto Social Anjo da Guarda*.

3. Proporcionar a inclusão da clientela atendida pelo Programa e seus familiares em serviços prestados por instituições sociais presentes no município;
4. Inserir as famílias das crianças e dos adolescentes vitimados pela violência em programas de geração de trabalho e renda, como também em cursos de formação e qualificação profissional existente no município;
5. Contribuir para construção de um sistema municipal de informação (banco de dados) sobre violações aos direitos da criança e do adolescente, através da informatização de dados qualitativos e quantitativos”. (Guia Operacional para Funcionamento dos Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela, 2003, p.7).

O Programa Sentinela tem como população usuária, crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, vitimados ou com suspeita de terem sofrido algum tipo de violência, bem como suas famílias. Para o atendimento adequado dessas situações é necessário considerar alguns aspectos que são relevantes e que devem ser considerados pelos profissionais que atuam nos Centros de Referência: “**Aspectos Filosóficos:** ter compromisso fundamental de proteger a criança e o adolescente vítimas, acreditando sempre em sua palavra; impedir que suas cognições e emoções – especialmente no âmbito sexual - interfiram no processo de atendimento; trabalhar em grupo, evitando atitudes individuais e auto-suficientes; compreender, em casos de violência doméstica, que a eficácia de sua atuação deve ter como alvo a família em sua dinâmica interna e externa, para que possa ser interrompido o ciclo da violência. **Aspectos Técnicos:** a peculiaridade do trabalho pressupõe processos de formação, reciclagem, supervisão técnica e produção teórica. Neste sentido, é necessária uma política de capacitação, incentivos e de valorização profissional nos municípios; o Programa Sentinela deverá contar com equipes técnicas multidisciplinares compostas por: assistentes sociais, psicólogos, educadores, advogados (financiados pelo município) e outros profissionais. Aos operadores do Programa Sentinela, dependendo dos serviços que se fizerem necessários, estarão à disposição integral dos Centros de Referência, competindo-lhes:

1. Executar as medidas específicas de proteção previstas nos incisos I, III, V, VI do art. 101 do Estatuto, para o restabelecimento dos direitos da criança e do adolescente vitimados pelas violências, abuso e exploração sexual, observadas as competências dos Conselho Tutelar;
2. Apoiar e orientar o trabalho para assegurar a melhoria do atendimento às crianças e adolescentes;
3. Executar programas de atendimento (social, psicológico e jurídico), destinados às crianças, adolescentes e famílias que necessitem de atenção específica;
4. Fornecer informações e subsídios técnicos, sobre os dados e atividades desenvolvidas, enviando relatórios mensais à Coordenação do Programa Sentinela/SEAS;
5. Colaborar em todos os procedimentos necessários para a permanência e frequência das crianças e adolescentes nas atividades do Centro, devendo para tanto recorrer à família, sensibilizando-a e mobilizando-a quando for necessário.

Aspectos Legais: os operadores do Programa Sentinela deverão, obrigatoriamente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, seguir os mandamentos estabelecidos para a Política de Atendimento (arts. 86 e 87, incisos), a aplicação das Medidas de Proteção (art. 98) e, em especial, das Medidas Específicas de Proteção (arts. 99 a 101), respeitando as competências dos Conselhos Tutelares” (Guia Operacional de Funcionamento dos Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela, 2003, p.11) .

Levar em conta os princípios, objetivos e alguns aspectos fundamentais a serem considerados no atendimento, como já foi mais detalhado acima, é muito importante, pois serão fatores que delinearão o atendimento e as ações dos profissionais que trabalham nos Centros de Referência. Os fatores que consideramos serem

fundamentais para a atuação profissional são, ter como princípio fundamental o interesse superior da criança e do adolescente, devendo sempre acreditar em sua palavra, tendo o profissional clareza de suas ações para não revitimizá-los; impedir que nossos julgamentos de valores interfiram no desenvolvimento das ações profissionais; não desconsiderar a importância de se trabalhar a família, para que o resultado seja realmente positivo. Há também a necessidade de uma constante qualificação, procurando processos contínuos de formação, capacitação e reciclagem, tendo em vista através dessas diretrizes caminhar sempre na direção do interesse e da proteção da criança e do adolescente.

Após esse entendimento de forma breve sobre o surgimento e a organização geral do Programa Sentinela, e de alguns princípios que regem a operacionalização das atividades, no próximo item, trataremos do Centro de Referência implantado em Caçador: Programa Sentinela – “Projeto Social Anjo da Guarda”.

1.2 Programa Sentinela – “Projeto Social Anjo da Guarda”

Como vimos no item anterior, o Programa Sentinela é um Programa Federal, executado municipalmente e recebendo, em Caçador/SC, a denominação “*Projeto Social Anjo da Guarda*”. Exporemos pois, neste item, como se configura a formatação, a organização e as especificidades nas atividades desenvolvidas pelo Programa no referido município.

O *Projeto* consiste de um conjunto de ações de Assistência Social, desenvolvido no município, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vitimados pela violência, que pode ser física, sexual, psicológica, negligência e exploração sexual, bem como atendimento a seus familiares. Tem como finalidade oferecer um atendimento técnico, multi-profissional e humanitário ao seu

público alvo, assim como tratar os fatos revelados com clareza e fazer os encaminhamentos adequados à realidade constatada, para as instâncias adequadas¹⁵.

O *Projeto Social Anjo da Guarda*¹⁶ teve início no município de Caçador em dezembro de 2000, contando nesse período apenas com uma equipe técnica, composta por:

- 1 Assistente Social (Coordenadora);
- 1 Pedagoga e
- 1 Psicóloga.

Nesse período o *Projeto* era acompanhado municipalmente por uma ONG, denominada Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, que dava o aporte de recursos necessários para sua manutenção. A partir do Projeto de Lei nº 065, de 20 de junho de 2002¹⁷, a Prefeitura Municipal de Caçador, assume a contrapartida na execução do Programa Sentinela no município, sendo o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS responsável apenas pelo pagamento dos profissionais da equipe técnica.

O horário de funcionamento do *Projeto*, é de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h. A estrutura física contempla:

- Recepção;
- Sala para o Serviço Social, com isolamento acústico;
- Sala para o atendimento psicológico, com isolamento acústico;
- Sala para a Coordenação;
- Duas salas para trabalhos em grupos;
- Copa-cozinha;
- Banheiro

¹⁵ Guia Operacional de Funcionamento dos Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela, 2003.

¹⁶ O *Projeto Social Anjo da Guarda* está localizado à: Avenida Santa Catarina, nº195, Centro, CEP: 89.500-000, Caçador/SC.

¹⁷ Esses dados foram obtidos junto a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Caçador.

- 1 telefone, 1 computador e 1 automóvel.

O *Projeto* destina-se, a atender crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, vitimados ou com suspeita de terem sofrido algum tipo de violência, bem como seus familiares. A categorização dos Centros de Referência para os atendimentos dá-se da seguinte forma:

- Nível I: para operacionalização de todas as atividades em caráter diuturno.
- Nível II: para operacionalização de todas as atividades em caráter diurno.

O funcionamento do *Projeto* dá-se de acordo com o nível II. Tem como meta de atendimento 50 situações/mês, que é o que a estrutura e o número de profissionais comporta¹⁸. Segundo a coordenação, já foi requerido junto a SEAS o aumento no número de profissionais para um melhor e mais adequado atendimento.

Percebe-se assim que a demanda no município é crescente, o que se deve ao aumento no número de denúncias recebidas principalmente das escolas, em decorrência do trabalho de sensibilização realizado pelo *Projeto* junto as mesmas. Através de reuniões com diretores de todas as escolas de Caçador, tanto da rede pública como da particular, foi feita a apresentação do *Projeto*, chamando essas escolas, através de seus diretores e professores, a não serem cúmplices da violência e a denunciarem, buscando sempre a proteção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, trabalhando em parceria com os órgãos de proteção dos mesmos.

Os encaminhamentos para os atendimentos vinham principalmente do Conselho Tutelar; das escolas e denúncia no próprio *Projeto*. Esses encaminhamentos eram bastante simples, contendo informações sobre a criança ou adolescente e o tipo de violência de que se tinha suspeita. Quando a denúncia era feita diretamente ao *Projeto*,

¹⁸ Os atendimentos no período de estágio (março a julho de 2003), de acordo com dados dos relatórios foram, em média, de 111 atendimentos/mês.

buscava-se averiguar a situação ou encaminhar ao Conselho Tutelar, para que depois se fosse necessário retornasse ao Projeto.

Os atendimentos são realizados individualmente, em grupo e através das visitas domiciliares.

- Atendimento Individual:

Individualmente, o atendimento é realizado pela assistente social, nas situações de preenchimento das anamnêses (Anexo A), com a presença do responsável pela criança ou adolescente, e em algumas situações apenas com a presença das crianças e dos adolescentes. Com relação as perguntas relacionadas a violência, havia todo um processo na abordagem até que a criança e o adolescente se sentissem seguros e confiantes para contar, caso nesse primeiro contato a criança ou o adolescente não se sentissem ainda seguros para falar, continuavam as abordagens, mas aguardando que eles espontaneamente verbalizassem sobre a violência. Nas situações em que a criança ou o adolescente pedia para conversar, era feito o atendimento individual, também realizado, quando precisava-se dar alguma orientação referente a várias questões como problemas de relacionamento nos grupos, sobre a dinâmica familiar, a escola, documentos, entre outros.

Com o psicólogo, o atendimento também tinha um caráter de orientação, porém buscando perceber como a criança ou o adolescente estava lidando com o fato da violência e quais as seqüelas da mesma. Havia casos de crianças e adolescentes que participavam apenas dos atendimentos individuais, realizados pelo psicólogo, não integrando os grupos. Para os atendimentos psicológicos, havia um arquivo próprio, manuseado apenas pelo psicólogo, contendo uma pasta para cada criança e adolescente em atendimento.

- Atendimento em Grupo:

Os grupos eram divididos para a realização das atividades de acordo com a faixa etária, o gênero e os dias, como explicitado abaixo:

| Grupos | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|--|----------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| Meninos (0 a 12) (12 a 18) | X | | X | | |
| Meninas (0 a 12) (12 a 18) | | X | | X | |
| Adolescentes grávidas ou com filhos | | | | | X |

Os assuntos abordados nos grupos, geralmente eram relacionados a alguma data comemorativa ou a temas ligados ao bem-estar e a questões do cotidiano como saúde, educação, higiene, respeito, trabalho, drogas, sexualidade, buscando sempre fazer uma discussão mais profunda e que viesse contribuir para a formação e a vivência dessas crianças e adolescentes. Os temas eram escolhidos pelos profissionais no dia do planejamento das atividades. Em algumas ocasiões, em meio as conversas informais, se perguntava às crianças e aos adolescentes, que temas lhes interessariam, mas na maioria das vezes estes eram designados pela equipe.

Cada grupo possuía um caderno onde era feito o controle da frequência e ao final dos encontros sempre era servido um lanche, organizado pela copeira, que era responsável também pela limpeza e manutenção do ambiente de trabalho.

Também eram feitas visitas domiciliares que ficavam principalmente sob a responsabilidade da assistente social, porém, outros profissionais, quando dispunham de tempo, também as faziam. As visitas tinham como finalidades principais, conhecer a realidade sócio-econômica e familiar das crianças e adolescentes que freqüentavam o *Projeto*; convidá-las a participar pela primeira vez; ou quando faltavam por mais de 2 encontros, convidá-las para que retornassem. Poderiam também ser realizadas em outras situações que se julgasse necessário, como por exemplo para saber da situação das adolescentes que haviam tido bebê; quando alguma criança ou adolescente foi ao médico, para orientar a família sobre os medicamentos, horários e outros cuidados; se a criança ou

o adolescente demonstrava, seja verbalmente ou pelo comportamento, que estava vivendo situações/problemas com a família, entre outros casos.

As atividades da semana e outras providências que tivessem que ser tomadas, eram sempre discutidas no planejamento das atividades, realizado sempre as quintas-feiras pela manhã, com a participação de todos os profissionais. Nesse dia não havia reunião de grupo. Era escolhido um assunto para ser trabalhado durante o mês e todos contribuíam com idéias e sugestões. Também nesse dia eram repassados assuntos de interesse geral. Eram observadas as visitas domiciliares que deveriam ser feitas, de acordo com as crianças e adolescentes que estavam faltando, ou por algum outro motivo. A assistente social nesse dia, fazia o repasse das situações novas que haviam chegado durante a semana para conhecimento de todos os profissionais. E ao final de cada mês, era realizado o estudo da situação de cada criança ou adolescente para decidir quais já poderiam ser desligadas e quais deveriam continuar.

Para dar conta de toda essa dinâmica o *Projeto* contava (de março a julho de 2003), com uma equipe multidisciplinar, composta por: 1 Pedagoga (Coordenadora)¹⁹; 1 Assistente Social; 1 Psicólogo; 1 Educadora Social. Aproximadamente na metade do nosso estágio, passou também a integrar a equipe uma pedagoga. Faziam parte também do *Projeto* 2 monitores em Psicologia; 1 monitora em Serviço Social; 2 estagiárias voluntárias em Serviço Social; 1 recepcionista; 1 motorista; 1 copeira.

A equipe para dar conta das demandas, buscava realizar um trabalho articulado com outras instâncias, que viessem a contribuir para o melhor atendimento, construindo parcerias, fundamentais ao sucesso dos objetivos. Essas parcerias aconteciam com o Conselho Tutelar; o Fórum, através da Vara da Infância e da Juventude; a Delegacia de Proteção à Mulher; as escolas; as empresas e Sociedade Civil. Essas articulações eram

¹⁹ A coordenadora tem formação em pedagogia, mas não era essa sua função no *Projeto*. Antes da entrada da nova pedagoga, a coordenadora dava apenas orientações para o trabalho pedagógico, mas a sua função era a de coordenadora.

necessárias e indispensáveis para o adequado andamento do trabalho, sendo realizados encaminhamentos e troca ou repasse de informações sobre casos de denúncia, ou de casos suspeitos.

Também no *Projeto*, os monitores tinham uma postura ativa, de ir em busca - através da abordagem de rua - de crianças e adolescentes que pudessem estar sendo vitimados. Além disso, dedicavam-se à coordenação dos grupos, bem como a preparação dos materiais para as atividades, tendo um contato direto com as crianças e os adolescentes. Os monitores, por essa proximidade, tinham muitas vezes conversas informais com as crianças e os adolescentes, sendo o conteúdo repassado para todos os outros profissionais no dia de planejamento das atividades. Faziam também encaminhamentos para a saúde, acompanhando as crianças e os adolescentes em exames e consultas médicas. Tomavam providências também quanto à documentação dos mesmos. Decoravam o ambiente de trabalho com painéis, frases, cartazes com mensagens positivas e saudáveis, fazendo referência a saúde, a higiene, as boas maneiras e principalmente ao acolhimento, fazendo com que todos se sentissem bem vindos.

Não havia diferenciação no trabalho em decorrência da formação dos monitores, em Psicologia e em Serviço Social. As funções eram as mesmas e as atividades também.

Além da articulação com as escolas, através de repasse e troca de informações sobre casos de violência, ou de casos suspeitos, também era realizado, através da educadora social e posteriormente da pedagoga, o acompanhamento das crianças e dos adolescentes na escola, buscando saber da assiduidade, do comportamento e atitudes dos mesmos. Caso fosse identificado algum problema, a educadora e a pedagoga buscavam, conversar com as crianças e adolescentes para saber o que estava acontecendo, fazendo um

trabalho de orientação. Também era de responsabilidade da educadora e da pedagoga a documentação e a matrícula das crianças e adolescentes na escola.

A coordenadora do *Projeto*, realizava as reuniões com a equipe técnica, as quais aconteciam as terças-feiras²⁰ pela manhã e às vezes nos dias de planejamento das atividades. Eram discutidas por exemplo as questões mais burocráticas, referentes ao pagamento de pessoal, aos contratos de trabalho etc. Nessas reuniões a coordenadora também buscava realizar um trabalho de capacitação, promovendo a discussão, por exemplo, do Guia Operacional para Funcionamento dos Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela, evidenciado a importância e a responsabilidade em se trabalhar com uma situação tão delicada como é a questão da violência infanto-juvenil. Fazia também um trabalho importante de divulgação do *Projeto* nos meios de comunicação, sempre dando entrevistas para os jornais locais²¹. Também era responsável pela articulação do *Projeto* em campanhas municipais, como uma realizada a favor do desarmamento infantil, além da realização do trabalho preventivo, através da distribuição de cartazes nos estabelecimentos comerciais no centro e na periferia da cidade, dando visibilidade a questão da violência e trazendo a importância da denúncia. A coordenadora também acompanhava a assistente social, nos atendimentos individuais, quando as situações eram muito delicadas.

Quando necessário, a coordenadora, a assistente social e o psicólogo, acompanhavam crianças e adolescentes em audiências no Fórum, quando solicitados pelo Juiz ou apenas para fazer o acompanhamento da situação, estando assim a par do encaminhamento que seria dado, e também como forma de passar uma segurança para a criança e o adolescente, para que não ficassem desorientados.

²⁰ Nas terças-feiras pela manhã, quando realizava-se a reunião da equipe, nós não participávamos, pois o estágio era à tarde.

²¹ Nas entrevistas concedidas a imprensa local, também davam declarações outros profissionais, como o psicólogo, a assistente social e os monitores.

Todos os fatores elencados acima, revelam a dinâmica de funcionamento do *Projeto Social Anjo da Guarda*, evidenciando as principais ações realizadas em relação as situações de violência vivenciadas pelas crianças e adolescentes. Foi possível perceber a multidisciplinariedade nas ações, através do trabalho conjunto dos profissionais nos grupos, e na tomada de decisões, sendo o atendimento especializado realizado tanto pela assistente social como pelo psicólogo e pela pedagoga. Ficam evidentes também os encaminhamentos realizados para os serviços de garantia de direitos sociais, como para a saúde, para a educação, a questão da documentação, entre outros. Todas essas ações estão de acordo com o Guia de Funcionamento dos Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela, que funcionam como diretrizes nacionais no atendimento das violências contra crianças e adolescentes.

Após essa apresentação sobre alguns fatores que delineiam a dinâmica de funcionamento do *Projeto Social Anjo da Guarda*, vamos nos deter a partir de agora ao processo de trabalho do Serviço Social nesse contexto, suas particularidades e especificidades.

1.3 Características da intervenção profissional do Serviço Social

É no contexto das relações de forças mais gerais do capitalismo e nas particularidades das relações institucionais, nas mediações do processo de fragilização/fortalecimento do usuário, que se define o trabalho profissional do Serviço Social. (FALEIROS, 1997). Esses aspectos permeiam a prática profissional e precisam ser levados em conta para o direcionamento das ações profissionais a serem realizadas, considerando-se também a condição de trabalhador assalariado.

Pensar a prática profissional exige pensar primeiramente num projeto profissional que balize as ações, atitudes e comprometimentos. Para Iamamoto (2001) é necessário tomar esse projeto como um guia efetivo para o exercício profissional, sendo necessário articular as dimensões ético-políticas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho profissional em que se concretiza.

É através desse projeto que o profissional imprime coerência a suas ações, articulando de um lado, as condições macro estruturais da sociedade, seus limites e possibilidades para a atuação profissional e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas que podem ser dadas nesse contexto. Dessa forma, nem sempre haverá uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto profissional e seus efetivos resultados. É necessário portanto considerar no projeto profissional, as forças sociais que o polarizam, entendendo as mediações sociais que atravessam o campo de trabalho do assistente social, sem perder o encanto do sonho e da utopia às nossas projeções profissionais e à sua viabilização. (IAMAMOTO, 2001).

No processo de trabalho é relevante também que o profissional não se distancie dos dispositivos legais que dão sustentação à profissão, como sobre o que dispõe o Código de Ética, que estabelece os parâmetros de conduta dos assistentes sociais; a Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão e, também, o que estabelece a legislação que trata das políticas setoriais, tendo o profissional sua ação embasada aos preceitos legais de reconhecimento e garantia de direitos.

Para o assistente social na sua prática interventiva, faz-se necessário que esse tenha clareza também quanto ao seu objeto de trabalho, os meios de trabalho e os instrumentais técnico-operativos a serem utilizados na realização de suas ações no seu espaço ocupacional.

Qualquer processo de trabalho implica em uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito, ou seja, o próprio trabalho que requer meios ou instrumentos para que possa ser efetivado. Em outros termos, todo processo de trabalho implica uma matéria-prima sobre a qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto. (IAMAMOTO, 2001, p.61).

O objeto de trabalho da assistente social no *Projeto Social Anjo da Guarda*, decorre da necessidade de ações profissionais referentes as situações de violência vivenciadas pelo seu público alvo. O instrumental técnico-operativo inclui as estratégias utilizadas no desenvolvimento do processo de trabalho, tais como reuniões, entrevistas, visitas domiciliares, atendimentos individuais e grupais, sem desconsiderar os conhecimentos e habilidades teórico-metodológicos adquiridos durante o processo formativo, o que, se for desconsiderado, resumiria a prática a mero tecnicismo, descartando uma atuação profissional crítica e eficaz²². Isso nos remete a perceber a instrumentalidade no exercício profissional utilizando-se, não apenas do conjunto de instrumentos e técnicas, mas referindo-se também a uma propriedade ou um determinado modo de ser que a profissão adquire ao longo do tempo, dentro das relações sociais, durante o processo de trabalho.

No decorrer das atividades, é importante que o assistente social evite atitudes individuais e auto-suficientes, contando sempre com o auxílio e a contribuição de toda a equipe de trabalho, considerando também a sua autonomia. Como salienta Iamamoto (2001, p.63): “Importa ressaltar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um *trabalho combinado* ou de um *trabalhador coletivo* que forma uma grande equipe de trabalho”.

²² Para um maior esclarecimento sobre o processo de trabalho no Serviço Social, consultar IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

Apesar de dispor de relativa autonomia em suas atividades, o assistente social depende de certas condições que lhe são impostas. Como ocorre no *Projeto Social Anjo da Guarda*, a assistente social, depende dos meios disponibilizados, tais como: os recursos materiais, financeiros e organizacionais, como também da aprovação da equipe técnica, para a tomada de decisões.

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação do seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. (IAMAMOTO, 2001, p.63).

A assistente social tem como pressuposto do seu trabalho no *Projeto*, garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, fortalecer a auto-estima dos mesmos, evitar a revitimização, incluindo-os em serviços prestados pelas instituições sociais do município e fortalecer a discussão sobre as violências, de acordo com o que propõe o Guia Operacional para Funcionamento dos Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela disponibilizados pela SEAS e que também estabelece atividades específicas para os profissionais, sendo as atividades desenvolvidas e de competência da assistente social:

- Realizar o atendimento inicial da situação;
- Fazer triagem;
- Realizar a anamnese social;
- Comunicar ao Conselho Tutelar os casos atendidos no Centro de Referência;
- Encaminhar os casos aos técnicos do Centro de Referência;
- Fazer as visitas domiciliares;
- Coordenar os grupos de apoio às famílias;
- Encaminhar as crianças e adolescentes para serviços de garantia de direitos;

- Fazer o acompanhamento permanente dos casos atendidos junto à rede de serviços;
- Fornecer laudo social quando necessário;
- Manter organizados e atualizados os registros dos casos atendidos para fins de consulta ou estatísticos.

Além dessas atividades a assistente social também é responsável, pela elaboração dos relatórios mensais a serem encaminhados à SEAS. Participa também da coordenação dos grupos, juntamente com os monitores. Organiza o arquivo, onde ficam as pastas das crianças e dos adolescentes em atendimento e também das já desligadas, mas que poderiam retornar e as que já haviam completado 18 anos. Estas pastas contém as anamnêses referentes à criança ou ao adolescente, as fichas das visitas domiciliares realizadas (Anexo B), constando o motivo e a descrição da visita, assim como os encaminhamentos para serviços de saúde, educação, justiça e outros documentos que fossem de interesse da criança ou do adolescente. Além desse registro a assistente social também dispõe de uma agenda que fica no *Projeto*, com anotações das atividades do dia.

A assistente social lida sem dúvida, com uma faceta, dentre as múltiplas expressões da questão social²³, entendida como a base da fundação do Serviço Social como especialização do trabalho. Essa proximidade da questão social, permite, por parte do profissional, dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social e de sua vivência pelos indivíduos sociais.

Através desse panorama buscou-se dar uma idéia da dinâmica do trabalho da assistente social no *Projeto Social Anjo da Guarda*. O trabalho realiza-se sob as condições já acima referidas, no contexto de uma cidade, Caçador/SC, cujos aspectos mais relevantes serão descritos no capítulo a seguir.

²³ Yamamoto (2001, p.27), nos coloca: “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é

2 O MUNICÍPIO DE CAÇADOR – S.C.

2.1 Breve histórico

Caçador está localizado na Região Sul do Brasil, no Estado de Santa Catarina, pertencendo a zona fisiográfica do Alto Vale do Rio do Peixe, integrando a microrregião do Contestado.

No início do século passado, às margens do Rio Goioxim, atual Rio do Peixe, viviam os grupos Kaigangs e Xoclangs. O pinhão, o mel, as frutas silvestres, a caça e a pesca abundantes, eram exclusividade dos primitivos habitantes da região do Contestado²⁴.

Os primeiros moradores de origem branca chegaram aproximadamente no final do império, tendo-se notícia que em 1881, instalou-se ali a família de Francisco Corrêa de Melo, vindo de Campos Novos. A partir daí intensificou-se o povoamento e novos grupos começaram a chegar, entre eles imigrantes de origem italiana, alemã, polonesa, árabe e sírio-libanesa, atraídos pela exuberância da floresta nativa que movimentaria a atividade madeireira.

Na região, que era disputada pelos Estados de Santa Catarina e Paraná, e por isso denominada de Região do Contestado, houve grande conflito que tomou proporções de extrema violência²⁵. A “Guerra do Contestado”, como ficou conhecido o episódio,

cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

²⁴ Pesquisa realizada junto a Secretaria de Bem Estar Social do Município de Caçador, utilizando-se do Plano Plurianual de Assistência Social – SC/2002-2005.

²⁵ Nesse conflito os sertanejos revoltaram-se contra o governo estadual que promovia a concentração da terra nas mãos de poucos e com o governo federal que concedeu uma extensa área, por eles habitada, à empresa norte-americana responsável pela construção da estrada de ferro, sendo que no ano de 1912 os caboclos deram início a uma luta pela posse das terras, enfrentando as forças militares dos dois estados e do Exército Nacional, estes encarregados da repressão.

terminou no ano de 1916 com o massacre e rendição em massa dos sertanejos²⁶. O fim da guerra resultou em mais de 10.000 caboclos mortos. (THOMÉ, 1993).

Após as disputas do Contestado, em 1923 foi criado o distrito de Rio Caçador sob a jurisdição de Curitiba. Em 1933 deu-se a abertura da estrada de rodagem Caçador/Curitiba. Daí até 1934, foram dados os primeiros passos rumo ao desenvolvimento e à emancipação com a abertura de estradas rodoviárias; à instalação das primeiras serrarias; à melhoria do padrão de vida; à intensificação de atividades sociais e políticas, num processo contínuo e cumulativo na conquista da hegemonia regional, tornando-se justificativas para a elevação do distrito a município. (Plano Plurianual de Assistência Social do Município de Caçador – SC/2002-2005).

Assim, através do Decreto nº 508 de 22/02/1934 o Governo do Estado de Santa Catarina criou o município de Caçador, com sede no povoado formado pelas então Vilas de Rio Caçador e Santelmo, que foram unidas para o surgimento da nova cidade. Independente política e administrativamente, Caçador formou governo próprio em 25 de março de 1934 com a instalação da Prefeitura. Os lotes urbanos avançaram sobre os pinhais, e a cidade ganhou sua própria Paróquia com São Francisco de Assis padroeiro. (Revista Comemorativa dos 50 anos de Caçador, 1984).

A atividade madeira intensificou-se, tornando-se destaque, dando a Caçador em 1944 o título de “maior produtor de pinho da América do sul”. Na década de 1950 a transfiguração do aspecto urbanístico de Caçador ao longo dos anos, polarizou as atenções no Alto Vale do Rio do Peixe. A cidade cresceu, mesmo desordenadamente, abriram-se ruas e construíram-se casas, no acelerado ritmo exigido pelas novas gerações. Em 1960, o setor madeireiro entra em crise, pois a reserva natural da floresta de pinhais da mata atlântica estava se esgotando. Mesmo assim, algumas construções ainda se destacam, como

²⁶ Os sertanejos não resistiram a superioridade bélica das forças repressivas, que além do canhão e da metralhadora, pela primeira vez na América Latina, usaram também a aviação com fins militares.

as instalações do colégio Marista Aurora, em 1964 e o prédio próprio da Prefeitura, em 1968. Na década de 1970, tem destaque o surgimento do ensino superior no município, com a criação em 1972, da Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe – FEARPE (hoje Universidade do Contestado). Mesmo com a crise, quem havia se dedicado ao reflorestamento, nos anos de 1980, começou a trabalhar no beneficiamento da madeira, voltada para a indústria moveleira. Outras atividades também começam a aparecer como a indústria do plástico. Nos anos de 1990, a indústria madeireira toma fôlego e exporta mais, começam a tomar espaço também as médias e pequenas empresas, na área da prestação de serviços.

Hoje, o município (Anexo C), destaque na região do meio-oeste, está distante da Capital Florianópolis 440km, ocupando uma área de 974km². É também a sede da Secretaria Regional²⁷, sendo integrantes ainda os municípios de Timbó Grande, Lebon Régis, Rio das Antas, Calmon, Macieira e Matos Costa²⁸.

Tem como municípios limítrofes, ao norte: Calmon e o Estado do Paraná, ao Sul: Rio das Antas e Videira, ao Leste: Lebon Régis e à Oeste: Macieira e Arroio Trinta. O município conta atualmente com 1 Distrito: Taquara Verde que está distante 21km.

A altitude média do município é de 1.000 metros, com topografia acidentada intercalada por morros, colinas, vales e chapadas. Com a Serra da Taquara Verde a noroeste e a Serra do Espigão a leste, entre campos e matas o ponto mais alto é a elevação do Rio Verde, com 1.390 metros acima do nível do mar, enquanto que a parte mais baixa está a 780 metros de altitude. No sentido norte-sul é cortado pelo Rio do Peixe, que constitui sua maior rede hidrográfica, destacando-se os tributários rios Castelhana, Caçador, XV de Novembro e Veado. O clima de Caçador apresenta inverno frio e seco e verão quente e úmido. Com ventos predominantes do norte. As chuvas concentram-se mais

²⁷ Estratégia do governo do Estado de Santa Catarina na forma de administrar, implantando Secretarias Regionais, somando um total de 29 e sendo Caçador a sede de uma das Secretarias.

²⁸ HISTÓRICO. Disponível em: <www.caçador.com.br>. Acesso em: 10/10/03.

na primavera e no verão. A temperatura média anual é de 16,6°C e é de 78,2% a média anual de umidade relativa do ar²⁹.

Outros aspectos relevantes para um maior esclarecimento da realidade do município são:

Aspectos Demográficos

Em 2000, a população de Caçador era de 63.322 pessoas. Através do método de estimativa, o IBGE projetou para 2003 uma população de 67.189 pessoas. Ainda de acordo com o IBGE, 87% da população caçadoreense reside na área urbana e 12,2% na área rural. A densidade demográfica é de 62,7 habitantes por km². O município apresenta um total de 17.331 domicílios particulares permanentes. (IBGE, 2000). A população está assim distribuída³⁰:

| População residente por faixa etária e sexo, 2003 | | | |
|---|-----------|----------|--------|
| Faixa etária | Masculino | Feminino | Total |
| Menor de 1 ano | 714 | 627 | 1.341 |
| 1 a 4 anos | 3.001 | 2.815 | 5.816 |
| 5 a 9 anos | 3.626 | 3.376 | 7.002 |
| 10 a 14 anos | 3.400 | 3.256 | 6.656 |
| 15 a 19 anos | 3.296 | 3.207 | 6.503 |
| 20 a 29 anos | 5.984 | 5.918 | 11.902 |
| 30 a 39 anos | 5.472 | 5.532 | 11.004 |
| 40 a 49 anos | 3.555 | 3.812 | 7.367 |
| 50 a 59 anos | 2.359 | 2.455 | 4.814 |
| 60 a 69 anos | 1.363 | 1.539 | 2.902 |
| 70 a 79 anos | 627 | 747 | 1.374 |
| 80 anos e mais | 207 | 301 | 508 |
| Idade ignorada | - | - | - |
| Total | 33.604 | 33.585 | 67.189 |

Fonte: Plano Municipal de Saúde, 2003

²⁹ ASPECTOS GEOGRÁFICOS. Disponível em: <www.caçador.com.br>. Acesso em: 10/10/03.

³⁰ Pesquisa realizada junto a Secretaria de Saúde do Município de Caçador, utilizando-se do Plano Municipal de Saúde, gestão 2001-2004.

Através dessas informações é possível identificar que são aproximadamente 27.300 crianças e adolescentes. É importante ressaltar esse dado, pois é a faixa etária à qual o Programa Sentinela pode prestar atendimento.

Aspectos Econômicos e o Mercado de Trabalho

Caçador é um município cuja atividade é essencialmente industrial, com 238 indústrias, recebendo o título de “Capital Industrial do Oeste”, sendo o potencial econômico demonstrado através da diversidade de atividades, destacando-se o ramo madeireiro, metalúrgico, papelero, coureiro, calçadista, mecânico, alimentício e químico, gerando em torno de 7.794 empregos na indústria, sendo o 15º município em arrecadação no Estado.

A atividade comercial é desenvolvida através de 852 estabelecimentos, com atividades bem diversificadas, concentrando-se no centro da cidade, diversas lojas. São 1573 as empresas prestadoras de serviços³¹, dentre elas, clínicas médicas, estabelecimentos bancários, laboratórios e profissionais liberais das mais diversas áreas, destacando-se uma das maiores transportadoras de passageiros e cargas do país³².

Caçador conta com um contingente de trabalhadores constituídos na sua maioria, por mão-de-obra não qualificada, considerando a atividade industrial como primordial no município. Simultaneamente o setor primário (agricultura), passou a ocupar maior mão-de-obra avulsa (bóia-fria) em consequência do desemprego nos setores secundário e terciário. O município vem enfrentando um grave problema social em

³¹ Plano Plurianual de Assistência Social do município de Caçador – SC/2002-2005.

³² HISTÓRICO. Disponível em: <www.caçador.com.br>. Acesso em: 19/10/03.

conseqüência do desemprego, sendo atraídos para a região trabalhadores, entre estes crianças e adolescentes, para o plantio e colheita do tomate, alho e maçã, às vezes deslocando-se para municípios vizinhos, em péssimas condições de transporte e segurança.

Na indústria e no comércio o trabalhador revela o seguinte perfil:

- O nível de escolaridade é baixo, com muitos analfabetos e com 1º grau incompleto obrigando as indústrias a realizarem programas de alfabetização nos próprios locais de trabalho;
- A média de idade dos trabalhadores na indústria é de 18 a 45 anos e, no comércio, de 25 a 30 anos;
- A renda mensal dos trabalhadores da indústria varia de 1 e meio a 3 salários mínimos. No comércio a situação é um pouco melhor, a renda varia de 2 a 4 salários mínimos, existindo maior organização dos trabalhadores, sendo o sindicato atuante.

Não há no município uma política de geração de emprego e renda, salvo algumas ações realizadas pelo Sistema Nacional de Empregos - SINE, de qualificação profissional³³. De acordo com dados fornecidos pelo mesmo, 5.859 trabalhadores, concorrem a um processo de qualificação. Os atendimentos realizados no período de 01/01/2003 à 07/11/2003 correspondem a:

Total de vagas captadas: 1.750

Total de atendimentos: 11.994

Total de retornos ao posto (atendimentos): 9.534

Total de encaminhamentos: 4.200

Total de colocações: 992

Total de Requisições de seguro-desemprego: 3.316

Total geral de trabalhadores no cadastro até 07/11/2003: 18.774

³³ Pesquisa realizada junto a agência do Sistema Nacional de Empregos - SINE do Município de Caçador, que forneceu as informações expostas neste trabalho.

O expressivo número de pessoas que procuram o SINE, revela a problemática situação do desemprego no município. Como é possível perceber, o número de vagas oferecidas é bem inferior ao número de pessoas que procuram por um posto de trabalho. Da mesma forma, as vagas para qualificação profissional, não atendem a todos que delas necessitam. Sem uma política destinada a geração de emprego e renda, deixa-se essas pessoas a mercê da própria sorte, trabalhando em atividades informais, sem direitos trabalhistas garantidos, cumprindo longas jornadas de trabalho, como acontece como já foi citado na colheita do tomate, tendo o mesmo destino às crianças e os adolescentes.

Agricultura

A agricultura conta com aproximadamente 1.800 famílias que sobrevivem desta atividade, em 24 comunidades rurais.

O meio rural, produz anualmente mais de 100 toneladas, destacando-se a produção da obicultura (tomate, alho, cebola) e principalmente a fruticultura de clima temperado (uva, maçã) e as culturas anuais de milho, feijão, batata, arroz e fumo, mas o maior destaque é mesmo o cultivo de tomate, que proporciona ao município o título de maior produtor de Santa Catarina³⁴.

Educação e esporte

Caçador possui escolas municipais, estaduais, particulares e uma Universidade.

| Escolas municipais | Total de alunos |
|----------------------------|-----------------|
| 17 escolas urbanas | 7.153 |
| 34 escolas rurais | 634 |
| Educação infantil/berçário | 57 |
| EJA* | 290 |

³⁴ HISTÓRICO. Disponível em: <www.caçador.com.br>. Acesso em: 20/10/2003.

| | |
|----------|-------|
| ACEIAS** | 724 |
| TOTAL | 8.858 |

Fonte: Secretaria da Educação, 2003.

* Educação de Jovens e Adultos - EJA

** Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social

| | |
|-------------------|-----------------|
| Escolas estaduais | Total de alunos |
| 09 | 6.656 |

Fonte: 10ª Gerência Regional de Educação e Inovação - GEREI, 2003.

| | |
|----------------------|-----------------|
| Escolas particulares | Total de alunos |
| 10 | 1.591 |

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Caçador - COMED, 2003.

O município tem assim, um total de aproximadamente 17.100 alunos da educação infantil ao ensino médio. Quanto a Universidade do Contestado - UNC, esta foi reconhecida como tal em 21 de outubro de 1997 e instalada e homologada pelo Governador do Estado em 03 de dezembro do mesmo ano³⁵. São 19 os cursos oferecidos: Administração, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia de Horticultura, Engenharia Mecatrônica, Farmácia, Fisioterapia, História, Letras, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Sistemas de Informação e Turismo. Compõe o seu quadro, aproximadamente 4.000 alunos (Secretaria Acadêmica da UNC, 2003).

De acordo com a tabela já explicitada, que revela a quantidade de pessoas por faixa etária e sexo no município, é perceptível que o número existente de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, não é compatível com o número de crianças e adolescentes na escola, o que permite identificar que nem todos estão frequentando uma escola.

³⁵ A UNC é uma Instituição multi-campi, com campi universitário em Caçador, Canoinhas, Concórdia, Curitiba e Mafra e com núcleos universitários em Fraiburgo, Santa Cecília, Monte Carlo, Rio Negrinho, Porto União e Seara – Secretaria Acadêmica da UNC, 2003.

No aspecto esportivo, Caçador conta com uma estrutura poliesportiva, em que se destaca o complexo do SESI; o Estádio Olímpico; Ginásios de esportes e quadras de tênis e pista de atletismo.

Saúde

Na área da saúde o município de Caçador apresenta a seguinte estrutura:

- 12 Postos de Saúde;
- 01 Centro de Saúde;
- 01 Unidade de Referência;
- 01 Unidade Móvel;
- 01 Centro de Atenção Psico-Social;
- 01 Unidade de Vigilância Sanitária e Ambiental;
- 01 Unidade de Vigilância Epidemiológica;
- 01 Rede Feminina de Combate ao Câncer e
- 02 Hospitais, que possuem: 37 leitos para cirurgia; 66 leitos para clínica médica; 70 leitos para pediatria; 40 leitos para obstetrícia, totalizando 213 leitos e 1 UTI com 07 leitos. Não há nos hospitais uma UTI para bebês, sendo os mesmos quando necessário encaminhados a outros municípios como Lages. (Plano Municipal de Saúde, gestão 2001/2004).

Habitação

O déficit habitacional do município está em torno de 3.600 casas e em razão disto, identifica-se a existência de favelas; moradias com até 3 famílias; pessoas morando em barracas de lonas; loteamentos clandestinos, entre outros, gerando com isto ambientes insalubres e promíscuos.

De acordo com o Plano Plurianual de Assistência Social do município (2002/2005), são identificadas cinco áreas, que concentram as famílias mais carentes, em situação de extrema vulnerabilidade. As regiões identificadas são: Bairro Nossa Senhora Salete; Vila Santa Catarina (Loteamento Olsen); Vila Dr. Ulysses Guimarães (Mutirão); Vila Santa Terezinha I e II, estando incluso nesta lista também o distrito de Taquara Verde.

Essas áreas merecem atenção especial, pois em geral são locais sem a menor infra-estrutura, onde as pessoas vivem em estado de extrema pobreza, necessitando constantemente dos serviços sociais básicos.

Meio Ambiente

Em Caçador, as principais fontes poluidoras ou de degradação ambiental são o lixo proveniente das atividades agrícolas (ex.: embalagens de agrotóxicos) e os resíduos industriais que afetam de maneira mais acentuada o rio do Peixe. Este é um rio classe II, ou seja, suas águas são destinadas ao abastecimento doméstico após tratamento convencional e à irrigação de hortaliças ou plantas frutíferas.

Com o objetivo de buscar soluções para o problema foi criado em Caçador o Comissão Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, com o objetivo de identificar posturas que conduzam ao equilíbrio ecológico, à proteção, à melhoria da qualidade ambiental na área do município.

Existe também a manutenção da floresta nacional de Caçador, (situada no distrito de Taquara Verde, a 18km da cidade) e a reserva florestal da Epagri/Embrapa (localiza-se a 6km do centro da cidade), administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, com mais de 4 milhões de árvores plantadas em 720 hectares. Há também o Parque Florestal do Contestado, com 1440 hectares de mata nativa, que além de possuir repovoamento arbóreo com árvores de pinus e araucária, promove também a

conservação da fauna e da flora na região. (Plano Plurianual de Assistência Social do Município de Caçador – SC/2002-2005).

O rio do Peixe, o mais importante da região de Caçador, tem 370 km de extensão e nasce a 1100m de altitude, atravessa o Vale do Contestado até desaguar no Rio Uruguai. Usado pela população durante um século, passa por tratamento, sendo suas águas despoluídas e o leito está sendo desassoreado, trabalho que inclui seus afluentes na cidade, num programa de recuperação ambiental desenvolvido pelo governo municipal e pela sociedade, num processo que visa a conscientização sobre a importância do rio para a região.

Transportes e comunicações

O município possui rodoviária e uma empresa de transporte urbano (Auto Coletivo Caçador). Não possui transporte ferroviário. Dispõe de um aeroporto, Dr. Carlos Alberto da Costa Neves (o maior da região), com estrutura para vôos domésticos.

A distância dos principais centros econômicos é a seguinte:

| | Nº da Rodovia | Distância em Km | Condições de pavimentação |
|---------------|-------------------|-----------------|---------------------------|
| Lages | SC302/BR116 | 180 | Asfalto |
| Chapecó | SC451/BR282/BR153 | 220 | Asfalto |
| Curitiba | SC302/BR116 | 301 | Asfalto |
| Florianópolis | SC302/BR116/BR282 | 402 | Asfalto |
| Porto Alegre | BR116/SC302 | 600 | Asfalto |
| São Paulo | BR116/SC302 | 730 | Asfalto |

DISTÂNCIA DOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS. Disponível em: [«www.listen.com.br/sebrae/cidades.htm»](http://www.listen.com.br/sebrae/cidades.htm). Acesso em: 10/11/03.

Estão à disposição da população, 02 agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Outros meios de comunicação são:

| Veículos | Classe | Descrição |
|------------------------|-------------------|----------------------------------|
| Rádio | AM | Caçanjurê AM |
| Emissoras | FM | Caçador FM |
| Jornais | Locais | Folha da Cidade/Gazeta Regional |
| | Regionais | Diário Catarinense/ A Notícia |
| Provedores de Internet | | Provinet/Conection |
| Televisão | Emissoras abertas | Não tem |
| | TV à cabo | Não tem |

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO. Disponível em: «www.listen.com.br/sebrae/cidades/htm». Acesso em: 29/10/03.

Energia Elétrica

A energia elétrica do município é gerada pela Gerasul, Itaipú, Usinas de Foz do Areia e Jorge Lacerda. A distribuição fica por conta das Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celesc. A subestação supridora localiza-se em Caçador. São 09 os alimentadores que abastecem o município³⁶, sendo a energia elétrica distribuída da seguinte forma:

| Classes de consumidores | Nº de consumidores |
|--------------------------------------|--------------------|
| Residencial | 16.300 |
| Industrial | 458 |
| Comercial/serviços/outras atividades | 1.445 |
| Rural | 2.139 |
| Poder Público | 140 |
| Iluminação Pública | 01 |
| Empresas de Serviço Público | 17 |
| Consumo Próprio | 06 |
| Total | 20.506 |

Fonte: Boletim Estatístico Comercial da Celesc, Setembro de 2003.

³⁶ Além de Caçador, estes alimentadores abastecem também, os municípios vizinhos de Matos Costa, Calmon e Timbó Grande, tendo uma capacidade instalada de 02 transformadores, com potência total de 53,32MVA.

Água e Saneamento

O abastecimento de água é de responsabilidade da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN. O município tem 11 reservatórios e a distribuição da água se dá da seguinte forma:

| Classes de consumidores | Nº de consumidores |
|-------------------------|--------------------|
| Residencial | 13.522* |
| Comercial | 787 |
| Industrial | 102 |
| Setor Público | 170 |
| Total | 14.580 |

Fonte: Relatório da Casan, referente ao mês de outubro de 2003.

* De acordo com a CASAN, esse número é sempre multiplicado por 5, o que representa o abastecimento de praticamente toda a população.

Em Caçador, o sistema de saneamento é deficitário, sem projeto definido. O único tipo de esgoto do município é o recolhimento de águas pluviais, de responsabilidade da Prefeitura. O esgoto domiciliar tem como destino sumidouros, filtros anaeróbicos e fossas secas. Considerando o tipo de solo da região, o tempo de vida útil do sumidouro é de dois anos, aproximadamente. De forma geral, inexistente sistema de esgoto tratado.

Também não existe tratamento do lixo. É realizada a coleta por uma empresa terceirizada e o lixo é encaminhado ao aterro sanitário. (Plano Plurianual de Assistência Social, 2002/2005).

A partir do que foi exposto acima, podemos fazer algumas reflexões acerca de alguns aspectos do município de Caçador. Podemos perceber através dos dados já citados no item 2.1 sobre os índices de pessoas a espera de emprego; o déficit habitacional; a falta de infra-estrutura; o fato de nem todas as crianças estarem na escola, nos revelam serem dados significativos no contexto do município, demonstrando serem sem dúvida, algumas expressões da questão social, que atinge principalmente a população mais vulnerabilizada.

O município apresenta essas características mesmo sendo considerado o 15º em arrecadação no Estado, apresentando um complexo industrial bastante expressivo, um comércio desenvolvido, uma produção agrícola considerável, com expressiva produção de tomate em Santa Catarina e sendo o maior município do meio-oeste catarinense. Ficam evidentes assim, as desigualdades para o acesso as riquezas produzidas, denunciando a existência da concentração da renda na mãos de poucos, como ocorre em todo o país. Identifica-se aí a crescente distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria e da pauperização.

O município não foge a realidade do mundo globalizado. O modelo de desenvolvimento sócio-econômico e político adotado - o modo de produção capitalista - estabelece relações de exploração e subordinação, excluindo das possibilidades de acesso ou possibilitando um acesso desigual ao trabalho, moradia, educação, saúde, lazer, cultura, para uma parcela considerável da população.

O agravamento da questão social é impulsionada em grande medida pelas mudanças no mundo do trabalho³⁷. A reestruturação produtiva, que impõe qualificação constante da mão-de-obra e a utilização cada vez maior da robótica e da micro eletrônica, acaba por deixar de lado uma parcela considerável de trabalhadores, que não tem condições de se qualificar e não encontram outros postos de trabalhos. É perceptível que o capital precisa cada vez menos do trabalho assalariado para ser valorizado. Dessa forma, as pessoas que estão na fila do SINE, e não conseguem emprego por não terem mão-de-obra qualificada, são na verdade resultado dessa lógica, que não dá igualdade de oportunidade a

³⁷ O capitalismo contemporâneo vem, nas últimas décadas, engendrando profundas mudanças no mercado de trabalho, mudanças essas que se expressam principalmente pela globalização das finanças; pela crescente precarização das relações de trabalho e pelas taxas elevadas de desemprego; pelo deslocamento geográfico de organismos produtivos e absorventes de mão-de-obra; e pela eliminação de postos de trabalho na indústria e nos serviços. Menegasso (2000).

todos, apesar de se preconizar que todos são livres e tem as mesmas condições de acesso ao que a sociedade oferece³⁸.

Além desse fato mais direcionado às indústrias, outro agravante percebe-se na agricultura. A mão-de-obra não qualificada é aproveitada na plantação e colheita do tomate, sendo exemplo da exploração a que é submetida essa parcela da população que não consegue outro emprego. Nessa situação encontram-se também crianças e adolescentes, como já foi abordado anteriormente, que estão sujeitas a trabalhos em condições insalubres e precárias. Essa situação configura-se enquanto violência cometida contra essas crianças e adolescentes, uma vez que são negligenciados e tem os direitos violados, pois são obrigadas a realizar um trabalho pesado e degradante e a maioria não frequenta a escola. E quando estes não são submetidos ao trabalho, geralmente ficam em casa sozinhos ou a mercê dos perigos quando permanecem nas ruas e em companhia de adultos, podendo estar expostos a violências de toda forma.

As transformações no mundo do trabalho, vem acompanhadas de profundas mudanças na esfera do Estado, consubstanciadas na Reforma do Estado³⁹, recomendada por organismos internacionais como o FMI, e que tem como um dos princípios, a menor intervenção estatal, nas relações econômicas, com ênfase na redução de custos, transferindo para o setor privado, as atividades que possam ser controladas pelo mercado.

³⁸ Sobre isso nos coloca Iamamoto (2001) O aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem estas as suas metas, ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, cabendo aos indivíduos a responsabilidade de “se virarem no mercado”.

³⁹ O Estado também representa os interesses capitalistas, como coloca Netto (2001) Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.

Dessa forma preceitua-se a diminuição nos gastos governamentais ficando reduzidas as possibilidades de financiamento dos serviços públicos, sendo o resultado menos recursos para financiar programas e projetos, fundamentais para minimizar as mazelas produzidas pela desigualdade social, consequência da lógica capitalista em que vivemos.

Assim, além das condições precárias a que está submetida a maioria das famílias, estas também não recebem o apoio e a intervenção estatal para amenizar essa situação. Afetando as famílias, as mazelas e a desigualdade social, fazem com que um número elevado de crianças cresça na pobreza; aumente o trabalho infantil; a criminalidade; a fome; a miséria, a violência; enfim problemas de toda forma, com uma consequente violação de direitos. Por constituir-se num fenômeno complexo, a violência contra crianças e adolescentes, exige do poder público, ações de enfrentamento a essa demanda, viabilizando políticas públicas que garantam os direitos de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Como pudemos perceber, a realidade do município é a mesma da maioria dos municípios brasileiros, apresentando questões e problemas sociais, que não deixam de ter contribuição nos casos de violências contra crianças e adolescentes identificados no município.

2.2 Resgate da atenção dada as crianças e adolescentes em Caçador

Para uma melhor compreensão da atenção dispensada à população infanto-juvenil em Caçador ao longo da história, realizamos uma pesquisa junto a Prefeitura Municipal de Caçador e à Secretaria de Bem-Estar Social, na tentativa de resgatar os dados sobre esse atendimento. Não foi possível, porém, identificarmos nenhuma informação, pois, de acordo com relatos na Secretaria e na Prefeitura, não há documentos e registros

que possam dar uma idéia do que era feito junto a essa população até a década de 1960. O município de Caçador foi emancipado politicamente em 1934, porém só conseguimos material referente a situação da população infanto-juvenil, a partir de 1970.

A Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social – ACEIAS – tem ações voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes no município de Caçador. A mesma nasceu da necessidade de um reordenamento jurídico da Comissão Municipal de Assistência ao Menor - COMAM, entidade que desenvolve suas ações em Caçador, desde 1971, quando foi criada com o objetivo de atender o menino de rua e encaminhá-lo ao mercado de trabalho. A COMAM já em 1991, sofreu adequações para contemplar o Estatuto da Criança e do Adolescente, gerando a necessidade de mudança estatutária, passando a chamar-se COMAI - Comissão Municipal de Assistência à Infância e Adolescência, depois disso passando a ACEIAS, que tem como missão desenvolver a política pública de atenção e proteção à criança e ao adolescente em parceria com o poder público e sociedade civil.. Ao longo desses 30 anos, a Instituição trabalhou e expandiu suas ações através de diversos projetos abrangendo as idades de 0 a 18 anos.

Dentre os Projetos desenvolvidos pela ACEIAS, estão os Centros de Educação Infantil - CEI (Creches, Maternal e Pré-escola), somando 10 Centros, sendo os atendimentos realizados das 6:30 às 18:30 horas.

Outras ações desenvolvidas junto à população infanto-juvenil dizem respeito a quatro Projetos que atendem aproximadamente 140 crianças e adolescentes, com idades entre sete e dezoito anos de ambos os sexos, que estão em situação de vulnerabilidade pessoal e social, desenvolvendo uma política de atendimento voltada para o enriquecimento do universo criativo, cultural e lúdico dos mesmos em diversas atividades. Busca desenvolver um trabalho de grupo, através de ações sócio-educativas, em que a criança e o adolescente possam criar, transformar, analisar e avaliar os resultados de suas ações. Os Projetos estão dispostos da seguinte forma:

| PROJETO | LOCALIZAÇÃO | META |
|-------------------|---------------------|-------------|
| Conexão Vida | Bairro Martello | 50 |
| Geração Conquista | Bairro Gioppo | 40 |
| Aquarela | Vila Santa Catarina | 20 |
| Oficina de Artes | Cohab II | 25 |

- **Projeto Conexão Vida:** conta com 50 crianças/adolescentes de 07 a 16 anos, com atendimento em dois períodos, matutino e vespertino de segunda a sexta-feira. Nas atividades desencadeadas no cotidiano do Projeto, busca-se no esporte, na música e na capoeira a efetivação de um elo de ligação entre o esporte, dança, música, cultura, lazer e atividades pedagógicas. Também é realizada a atividade de reciclagem de papel, objetivando estimular a criatividade.
- **Projeto Geração Conquista - Padaria Caseira:** atende adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, de ambos os sexos. Funciona em dois períodos, de segunda a sexta-feira. Tem como atividades a execução de receitas de massas caseiras, congeladas, oficina de música e canto, capoeira e oficina de atividades artesanais.
- **Projeto Aquarela:** conta com 20 crianças de 7 a 12 anos, de ambos os sexos. Funciona durante o período vespertino, de segunda a sexta-feira. São realizadas atividades artesanais com pintura em tecido, bordados e cartonagem em papel reciclado, efetivando assim uma ligação, com o Projeto Conexão Vida, que confecciona a folha reciclada.
- **Projeto Oficina de Artes:** trabalha com 25 adolescentes, na faixa etária de 12 a 16 anos. Realiza-se três vezes por semana, nas segundas, quartas e sextas-feiras no período vespertino. O grupo trabalha com oficinas de artesanato, sendo as atividades desenvolvidas através de pintura em tecido, bordado, vagonite, ponto cruz, macramé, crochê, entre outros.

Segundo a ACEIAS, os Projetos Sociais desenvolvidos oferecem as crianças e aos adolescentes caçadorenses uma alternativa sócio-educativa e sócio-pedagógica, de ensino e aprendizagem, na busca da legitimação de sua cidadania, viabilizando assim o acesso aos direitos sociais e a efetivação de políticas públicas que venham ao encontro de suas necessidades básicas e fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e participativos do processo de transformação pessoal e social.

As atividades de oficinas de capoeira, papel reciclado, artesanato, cartonagem, música instrumental e canto, teatro, esporte, atividades de lazer e cultura, propiciadas às crianças e adolescentes nos Projetos descritos acima, pretendem dar condições para que a rua deixe de ser um atrativo e o Projeto se torne um espaço agradável e acolhedor.

A ACEIAS também é responsável pela Casa Lar que serve de abrigo e casa de passagem para crianças e adolescentes encaminhados pelo Fórum, que se encontram em situação especial, como por exemplo em processo de adoção. Tem por objetivo garantir os direitos da criança e/ou adolescente, previsto no Art. 4º do Estatuto, oferecendo proteção, moradia provisória, saúde, alimentação, escolaridade, etc, num clima familiar, proporcionando aos abrigados a oportunidade de convivência familiar e comunitária.

O Centro de Internamento Provisório – CIP, também faz parte das ações desenvolvidas pela ACEIAS. Seu objetivo é garantir o atendimento sócio-educativo ao adolescente infrator, na forma estabelecida nos Arts. 108 e 123 do Estatuto da Criança e do Adolescente, dando cumprimento às decisões judiciais da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Caçador, buscando a reestruturação social e emocional do adolescente em conflito com a lei.

As Medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei realizam-se através de:

- **Prestação de Serviços à Comunidade – PSC:** que está prevista nos arts. 112 e 117 do Estatuto, em que o adolescente autor de ato infracional realiza

tarefas gratuitas de interesse geral, pelo período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. **Liberdade Assistida Comunitária – LAC**: também é uma medida sócio-educativa, prevista nos Artigos 112, 118 e 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Destina-se a adolescentes em conflito com a lei que deverão ser acompanhados em seu processo de formação e educação, por pessoa capacitada designada pelo Juiz da Infância e da Juventude, podendo ser recomendada por Entidade e/ ou Programa de Atendimento.

Ainda no âmbito da proteção de crianças e adolescentes, foi implantado no município o Conselho Tutelar, sendo entendido como um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no artigo 131 da Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. (ESTATUTO, 1995). Tem o papel de prevenir e impedir as violações e as ameaças dos direitos de crianças e dos adolescentes estabelecidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente⁴⁰, na Lei Orgânica da Assistência Social e em toda a legislação em vigor.

⁴⁰ I – atender às crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II – atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III – promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

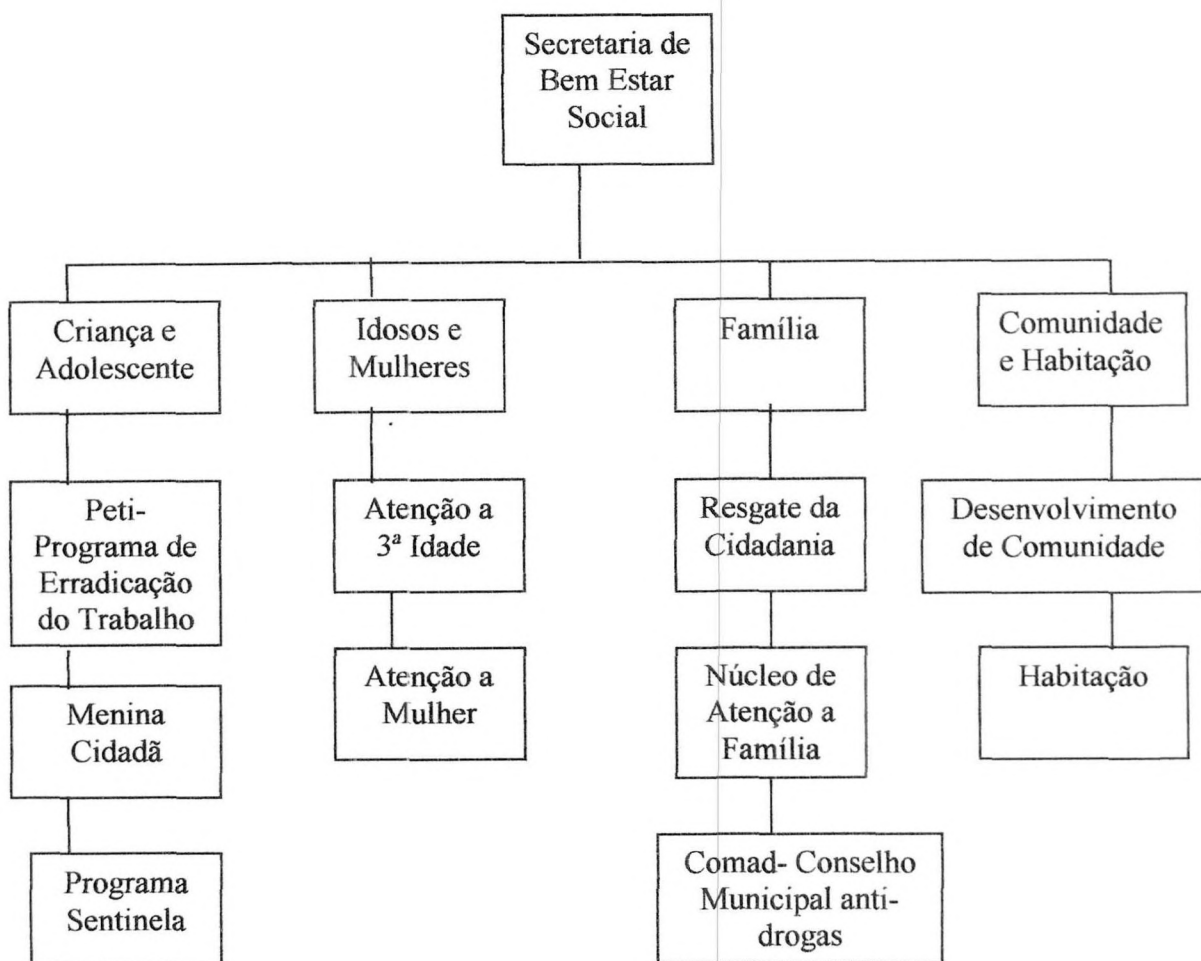
Também no período de nosso estágio curricular, a Prefeitura Municipal de Caçador, através de suas Secretarias, desenvolvia projetos direcionados à criança e ao adolescente, bem como à sua família. Para efeitos do que estamos abordando nesse trabalho, daremos ênfase a Secretaria de Bem-Estar Social, à qual está vinculada o Programa Sentinela. À mesma compete a formulação, coordenação, execução e avaliação das políticas de Assistência Social do Município, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de 1993, e Política Nacional do Idoso de 1994. Tem ainda sob sua responsabilidade o planejamento, execução e controle da política municipal do desenvolvimento comunitário e habitação e sua adequada administração.

O objetivo da Secretaria de Bem-Estar Social é assegurar a Assistência Social à população do Município, de forma a garantir a universalidade do atendimento social, priorizando a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e às pessoas portadoras de deficiência.

O organograma da Secretaria de Bem-Estar Social tem a seguinte estrutura:

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, 3º, inciso II da Constituição Federal;

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder. (Art. 136).



A seguir serão descritos os Projetos visualizados no organograma, que são vinculados à Secretaria de Bem-Estar Social, revelando o que é realizado em relação à população mais vulnerabilizada.

A área da **Criança e Adolescente**, onde está concentrado nosso maior interesse, compreende os seguintes Projetos:

- **Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil:** são 511 bolsas, no valor de R\$25,00 na área rural e de R\$40,00 na área urbana, atendendo crianças e adolescentes de 7 a 16 anos. São 06 núcleos, onde o atendimento é feito através de jornada ampliada com reforço escolar e atividades sócio-educativas. Disponibiliza apoio social a 250 famílias. É um Programa criado pelo Governo Federal, tendo como parceria os Governos Estadual e Municipal. Visa a eliminação do trabalho infantil nas zonas

urbanas e rurais, focalizando as famílias mais vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão social. Deve possibilitar o acesso, a permanência e o sucesso da criança e do adolescente na escola, bem como deve proporcionar às famílias o encaminhamento a Projetos de geração de trabalho e renda.

- **Menina Cidadã:** tem como objetivo oportunizar à criança e ao adolescente em situação de risco social, uma ação educativa efetiva, abrangendo o atendimento integral de suas necessidades, buscando garantir o desenvolvimento pessoal, seus direitos e sua cidadania como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. É realizada jornada ampliada com reforço escolar e atividades sócio-educativas, fazendo parte 50 meninas de 10 a 16 anos.
- **Programa Sentinela – Projeto Social Anjo da Guarda:** como já foi explicitado, é um Programa de proteção à criança e ao adolescente vítimas de violências, bem como seus familiares, desenvolvendo atividades sócio-educativas e psicossociais. Busca criar condições que possibilitem as crianças e aos adolescentes vitimados e suas famílias, o resgate e garantia de direitos, resguardando o compromisso ético, político e a multidisciplinariedade das ações.

Em relação à atenção à **Terceira Idade**, busca-se promover e viabilizar a melhoria da qualidade de vida, tendo como atividades:

- **Grupo de convivência:** atende a 23 grupos de terceira idade, somando 956 idosos. Desenvolve atividades de lazer, esportivas, sócio-educativas e de geração de renda, promovendo a sociabilidade e a produtividade dos idosos.
- **Centro dia:** é realizado atendimento psicossocial, sócio-educativo e de lazer a 30 idosos das 8:00h às 16:00h.
- **Lar São José:** tem capacidade para 10 idosos asilados e visa garantir aos idosos carentes e abandonados do município, proteção e atendimento em sistema asilar com atividades de lazer.

A atenção despendida à **Mulher** é realizada através de atividades sócio-educativas, de lazer e geração de renda, com 38 grupos, compreendendo 1.280 mulheres.

O atendimento dado as **Famílias** é feito através do:

- **NAF – Núcleo de Apoio à Família:** tem como objetivo, proteger, prevenir, promover e inserir as famílias vulnerabilizadas pela pobreza à Rede de Promoção e Proteção Social, assegurando-lhes acesso aos seus direitos e ao exercício de sua cidadania, atendendo a 60 famílias.
- **Resgate da Cidadania:** também conhecido como Plantão Social, busca o resgate dos direitos através do acesso a bens e serviços de Assistência Social. Propicia a doação de cestas básicas, óculos, vestuário, fotos, isenção de IPTU, cadeira de rodas, documentos, etc, prevendo ainda atendimento e acompanhamento das famílias atendidas, visitas domiciliares e informações diversas.

Através do **Desenvolvimento de Comunidade**, busca-se a participação comunitária, através das seguintes ações:

- **Ação Integrada para o Desenvolvimento da Comunidade:** tem como objetivo contemplar as comunidades: Santa Teresinha, Ulisses Guimarães, Taquara Verde com ações sociais para seu desenvolvimento.
- **Apoio as Associações de Moradores:** busca resgatar a legitimidade das Associações junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.
- **Construção de Centro de Múltiplo Uso:** visa a construção de 03 centros de múltiplo uso nas regiões de Nossa Senhora da Salete, Taquara Verde e Santa Teresinha.

Para atender a área da **Habitação** busca-se, a construção e melhoria das unidades habitacionais, atendendo famílias de baixa renda, através das seguintes atividades:

- **Projeto Morar Melhor:** Construção de 07 casas emergenciais.

- **Produção de Moradias:** Viabilizar e legalizar situações habitacionais de famílias que residem nas áreas irregulares.

Acreditamos ser importante abordar todos os programas desenvolvidos pela Secretaria, visto que representam uma rede que o assistente social pode acionar para a realização de encaminhamentos que se fizerem necessários, para o melhor andamento do trabalho.

Após fazermos uma reflexão sobre o município e sobre a atenção destinada à população infanto-juvenil, daremos ênfase a partir desse momento à prática desenvolvida no campo de estágio e também aos relatórios, elaborados pelo *Projeto Social Anjo da Guarda* que darão idéia da situação da violência contra crianças e adolescentes em Caçador.

3 OS RELATÓRIOS REVELADORES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A INTERVENÇÃO PRÁTICA DO ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL.

3.1 A prática do estágio no Projeto Social Anjo da Guarda

Conhecemos nos dois primeiros capítulos um pouco das principais legislações destinadas à crianças e adolescentes ao longo da história do Brasil, até chegarmos ao Programa Sentinela – *Projeto Social Anjo da Guarda* e depois fizemos alguns recortes referentes ao município de Caçador para identificar em que realidade está inserido o *Projeto*. Daremos ênfase a partir de agora à prática vivenciada no nosso estágio curricular de Serviço Social, que foi realizado no período de março a julho de 2003.

Através da experiência do estágio, foi possível exercer de forma prática o que absorvemos durante o processo de formação profissional no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Foi a possibilidade do relacionamento entre a teoria e a prática, que nos colocou frente a desafios que nos permitiram exercitar nossas capacidades, errar e aprender com os erros através da troca de experiência com um profissional já formado.

Ao iniciar o estágio, primeiramente sentimos a necessidade de realizar um reconhecimento da Instituição, dos profissionais e dos usuários dos serviços prestados. Fazer esse reconhecimento foi importante pois, através dele, foi possível absorver um pouco da dinâmica de funcionamento do *Projeto* e conhecer os usuários dos serviços. Assim, as pessoas também se acostumavam com a nossa presença, principalmente as crianças e os adolescentes e passamos a nos sentir mais à vontade.

Passada essa etapa, começamos a estar mais presentes nas atividades realizadas pela assistente social nos atendimentos individuais, nos grupais, nas visitas domiciliares,

buscando estabelecer um vínculo mais sólido, principalmente com as crianças, os adolescentes e seus familiares. Essa aproximação mais cautelosa foi fundamental para que não se sentissem invadidos em relação às situações que estavam vivenciando. A maioria das situações eram delicadas e as crianças e os adolescentes precisavam sentir que estávamos ali não para julgá-los, mas sim para auxiliá-los e protegê-los naquele momento e, sem essa aproximação mais tranqüila, poderiam sentir que estávamos invadindo sua privacidade, quer fosse à família como um todo, quer fossem as crianças e os adolescentes.

Depois do vínculo mais fortalecido e conhecendo um pouco mais da realidade das crianças e dos adolescentes através dos atendimentos individuais realizados pela assistente social, já nos sentíamos mais à vontade e seguras para nos colocar e participar das entrevistas e das orientações. Nesse processo, enquanto faziam-se as entrevistas, já se preenchia a ficha de anamnese.

Quando alguma criança ou adolescente em atendimento ou mesmo algum familiar, iniciava alguma conversa informal, disponibilizávamos toda a atenção, pois estes poderiam fornecer informações importantes para serem repassadas aos outros profissionais. Quando se percebia que o comportamento da criança ou adolescente mudava, seja por estar mais calado ou por estar mais agressivo, iniciávamos uma abordagem individual tentando identificar se havia algum problema em casa, na escola ou com algum colega do grupo. Geralmente conseguíamos resultados com essas abordagens, cujo conteúdo das conversas era levado para o planejamento das atividades, para serem colocadas para os outros profissionais e assim pensarmos juntos os melhores encaminhamentos.

Quanto aos grupos, tivemos a oportunidade de participar de todos que eram realizados no período da tarde, horário do estágio. Nesse horário reunia-se o grupo dos meninos, nas segundas e quartas-feiras; das meninas, nas terças e quintas-feiras e, nas sextas-feiras, o grupo das adolescentes grávidas ou que já tinham filhos. Os grupos sempre eram coordenados por mais de uma pessoa. Geralmente eram dois monitores ou um

monitor e um profissional da equipe técnica. Tive a oportunidade de trabalhar com os monitores, com a assistente social, com o psicólogo e com a pedagoga. Trabalhava-se de forma conjunta, interagindo na coordenação do grupo. Com todos os profissionais, o que se buscava nos grupos era que as crianças e os adolescentes refletissem sobre o assunto abordado, pois todos os temas visavam contribuir para o bem-estar e a sua formação. Apesar de ser um projeto social, o trabalho pedagógico era importante e se fazia necessário para que as atividades de fato tivessem uma finalidade e se realizassem objetivando o maior sucesso possível.

Nos grupos sempre abordávamos o que havia sido combinado no planejamento das atividades. O grupo dos meninos era sempre mais agitado que o das meninas. Era um desafio manter a atenção deles o maior tempo possível. Eles gostavam mais de trabalhos manuais, que exigiam um pouco de atenção e maior habilidade manual. Quando a situação em casa estava difícil, eles muitas vezes descarregavam suas emoções durante as atividades, ficando bastante agressivos com os colegas e com os profissionais, seja verbalmente, seja fisicamente⁴¹.

As meninas eram mais tranquilas quanto ao desenvolvimento das atividades. Gostavam de discutir temas, umas mais e outras menos, mas de uma forma geral todas participavam, como também dos trabalhos manuais. Eram bastante carinhosas, estando sempre próximas, pegando na nossa mão e nos abraçando. A necessidade do contato e de aproximação era intensa. As meninas, ao chegarem e ao saírem, davam beijos e abraços em todos. Sentiam a necessidade de estarem perto umas das outras e, principalmente, dos profissionais. Eram carentes de afeto, carinho, dedicação, o que ali todos disponibilizavam.

⁴¹ Durante uma atividade no grupo dos meninos, presenciamos uma agressão de um deles que se aborreceu com a coordenadora, que havia chamado sua atenção, e acabou agredindo-a, com socos e pontapés, até que a polícia foi chamada e o levaram para o Fórum, onde o Promotor o enviou para o Centro de Internação Provisória – CIP.

Ter alguém que as escutasse, com atenção e com a intenção de auxiliá-las, fazia com que se sentissem importantes e fortes.

As reuniões de grupo era o momento de estarmos mais próximos das crianças e dos adolescentes, oportunidade em que muitas vezes relatavam suas experiências e vivências. Poderíamos, também, identificar os problemas em casa ou na escola, pois alguns ficavam um pouco além do horário do grupo, para esperarem o ônibus que os levasse para casa. Enquanto esperavam brincavam com algum jogo e ficávamos conversando até o fim das atividades. Nessas conversas também relatavam momentos que envolviam os demais membros do grupo, como situações em que haviam se encontrado em boates, onde os colegas estavam acompanhados ou embriagados, ou situações em que viram o colega indo a pé para casa em vez de usar o passe disponibilizado pelo *Projeto*. Sempre procurávamos averiguar para saber se as colocações eram verdadeiras e, caso fossem confirmadas, era realizado um trabalho de orientação com as crianças e os adolescentes envolvidos.

Para realizar as visitas domiciliares era necessário antes preencher as fichas com dados importantes para a realização das mesmas. O preenchimento desses dados ficava sob nossa responsabilidade. Ali constava o nome da criança ou do adolescente, a idade, o nome do responsável, o endereço, a data, o objetivo da visita e depois a descrição, esses dados eram retirados da pasta da criança ou do adolescente. Preenchíamos todos os dados, ficando apenas a descrição para ser feita no retorno da visita.

Fizemos visitas em companhia da assistente social e de um dos monitores. Foram experiências bastante marcantes. A realidade de miséria e pobreza em que viviam algumas crianças e adolescentes era chocante⁴², porém, as visitas eram fundamentais para conhecer melhor a criança e o adolescente, saber quem era a sua família e em que ambiente

⁴² Uma das experiências que mais me marcou, foram as visitas realizadas a uma localidade que fica à beira do rio que corta a cidade e é chamada de Cisbrazen. Ali a maioria mora em barracos de lona, sem água encanada, sem luz e as crianças ficam expostas ao perigo do rio que passa ao lado. Havia muita sujeira, louças do lado de fora para serem lavadas com a água de um poço artesiano que ficava ao lado da casa. Era um perigo principalmente para as crianças.

viviam, e passamos a entender porque muitas vezes chegavam com fome ao *Projeto*, ou tão agressivos.

Participamos de visitas para conhecer a realidade sócio-econômica e familiar da criança e do adolescente com o objetivo de convidá-los para participar do *Projeto*; também para convidá-los para retornarem aos atendimentos; assim como para dar orientação à família sobre horário e a quantidade de medicamentos, conforme a prescrição médica. Também participamos de uma visita à escola para buscarmos o novo endereço de duas crianças para realizarmos uma visita domiciliar, pois as crianças mudaram e não informaram o novo endereço, e estavam faltando as atividades no *Projeto*.

Depois da realização das visitas, juntamente com a assistente social fazíamos a descrição dos fatos e dos encaminhamentos que haviam sido feitos. Era uma troca produtiva, pois discutíamos sobre a situação da família, da realidade e descrevíamos juntas a situação, a visita e os encaminhamentos, anexando as fichas às pastas das crianças e dos adolescentes.

Outra atividade, bastante significativa foi o auxílio na elaboração dos relatórios mensais. Organizávamos juntamente com a assistente social os dados, o que demandava atenção e concentração para não haver problemas com a estatística. Nesses relatórios constavam informações sobre a vítima e sobre o agressor, além dos registros de onde vieram os encaminhamentos. Através de uma lista atualizada, todos os meses era possível identificar todos os dados. Nessa lista constava o nome das crianças e dos adolescentes em atendimento e todas as situações novas que chegavam durante o mês, para que assim, no final do período, se retirasse dessa lista as informações para a sua quantificação. Esses relatórios eram enviados à SEAS. Esses registros se revelam como muito importantes pois demonstram a organização do trabalho e dos dados, comprovando a importância do *Projeto* no município.

O trabalho de organização dos dados era feito à mão e depois era digitado. Ainda nos dois primeiros meses de estágio, aproximadamente, participamos das digitações juntamente com a assistente social, mas depois de alguns ajustes colocados pela coordenação do *Projeto*, todos os trabalhos realizados no computador ficavam sob a responsabilidade de uma das monitoras⁴³. Após a digitação, os relatórios voltavam para a assistente social para serem revistos e corrigidos se necessário. Esta observava se todos os dados estavam corretos. Algumas vezes fizemos essa correção sozinha e, em outras, juntamente com a assistente social.

De acordo com a proposta do *Projeto*, que se propõe a realizar um trabalho preventivo, tivemos a oportunidade de participar de algumas campanhas. Uma das campanhas foi destinada ao desarmamento infantil, realizada no dia 12/05/2003, em que as crianças e os adolescentes trocavam armas de brinquedo por um boné da paz⁴⁴. Outra campanha era destinada a sensibilização da comunidade sobre a questão da violência sexual infanto-juvenil. Participamos da distribuição de cartazes que traziam frases de combate à violência e telefones de denúncia. Foram distribuídos em estabelecimentos do centro da cidade e na periferia, dando orientações sobre a questão da violência e da importância da denúncia. Nos lugares em que pedimos para colocar o cartaz, todos os proprietários aceitaram e se dispuseram a expô-los em lugares com visibilidade. Todas as duas campanhas foram realizadas em consonância com campanhas de nível nacional.

Participamos também da aplicação de uma pesquisa elaborada pelo *Projeto*, intitulada “Visão social dos cidadãos caçadorenses à respeito da violência e exploração sexual infanto-juvenil”, para saber do entendimento da população sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes. Essa investigação iniciou antes do nosso estágio,

⁴³ Após uma reunião, a coordenadora colocou quais seriam as funções das estagiárias. Basicamente ficou definido que apenas poderíamos acompanhar a assistente social nas suas atividades.

⁴⁴ Foram distribuídos aproximadamente 1.500 bonés da paz. A campanha foi realizada durante um dia inteiro, no centro da cidade e depois foi feita uma distribuição nas escolas.

e contribuímos apenas com a aplicação do questionário. Coletamos os dados com mulheres de 24 a 35⁴⁵ anos, fazendo 10 entrevistas.

Organizamos também, juntamente com a assistente social, os arquivos onde estão as pastas das crianças e dos adolescentes. Foram separadas para um arquivo morto as pastas dos adolescentes que já haviam completado 18 anos e que possivelmente não retornariam. Foram separadas também as pastas dos desligados, mas que poderiam retornar. Nos dois casos foi feita uma lista em que constava o nome da criança ou do adolescente, o motivo do desligamento e se foi feito algum encaminhamento. As pastas das crianças e adolescentes em atendimento também foram organizadas, sendo vistas as que estavam com as anamnéses incompletas, para confirmação de endereço e outros detalhes. Auxiliamos a assistente social na complementação desses dados.

Contribuímos também com a assistente social na elaboração do ofício que deveria ser entregue ao Conselho Tutelar com o nome das crianças e adolescentes em atendimentos e desligadas do mês. Anteriormente esse trabalho não era feito. Esse repasse de informações era importante, pois se chegasse alguma denúncia para o Conselho Tutelar eles saberiam se era uma situação de violência, se a criança já havia sido encaminhada para o *Projeto*, se ainda estava em atendimento ou se já havia sido desligada.

No final do estágio, ainda fizemos algumas complementações nas anamnéses, como a atualização do dado “renda” e também uma numeração que deveria constar em cada anamnese para agilizar a identificação e para facilitar uma posterior organização dos dados.

⁴⁵ As questões tinham como objetivo saber se as mulheres tinham conhecimento de algum caso de violência; se tivessem a que órgão denunciariam; qual seria o pior tipo de violência e se tinham algum conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, porém, até o final do estágio os dados ainda não haviam sido tabulados, portanto não acompanhamos os resultados.

Na experiência vivenciada no estágio foi possível articular as dimensões ético-política e teórico-metodológica, bem como utilizar os instrumentais técnico-operativos da profissão tais como: as entrevistas para preenchimento das anamnêses, as reuniões em grupos, a realização das visitas domiciliares que se fizeram presentes na nossa atuação profissional, assim como a busca de referencial teórico sobre o que era o Programa Sentinela e principalmente sobre as violências, além do arcabouço de informações já adquiridos durante o processo de formação no Curso de Serviço Social. Em se tratando de situações que exigem sigilo profissional, em virtude da não exposição da criança ou do adolescente, a ética profissional era uma constante nas ações, estando de acordo com o Código de Ética da Profissão. Dessa forma através do projeto profissional, mesmo com todos os entraves e limites que existem em todas as instituições, foi possível darmos uma resposta profissional às demandas que chegavam, juntamente com a assistente social.

Após essas colocações sobre a nossa intervenção no estágio, trataremos no próximo item dos relatórios, mostrando a importância dos dados para identificar e dar visibilidade a questão das violências contra crianças e adolescentes.

3.2 Os números das violências de março a junho de 2003

No período em que realizamos o nosso estágio (março a julho de 2003), foi possível perceber, de acordo com os dados dos relatórios elaborados mensalmente pelo *Projeto* (Anexo D), como se manifestava o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes no município de Caçador, através da quantificação do mesmo. Esses dados, apesar de representarem apenas o que era denunciado - não sendo possível identificar o contingente de situações que permaneciam encobertos - permitem fazer um recorte de como se dava o fenômeno no município, visto que o número de atendimentos era

expressivo e a denúncia vinha aumentando em virtude da sensibilização sobre o assunto realizado junto as escolas, em razão do trabalho de prevenção desenvolvido junto a comunidade como já foi melhor detalhado no item 1.2.

Aqui também serão resgatados alguns dados de nível nacional para fazer um paralelo com o que ocorre no município de Caçador, apesar do fato de as estatísticas referentes às violências contra crianças e adolescentes no Brasil não receberem a atenção devida, visto que, não há uma sistematização e organização constante dos dados inviabilizando séries estatísticas. O que se realiza são ações de Entidades e Associações que estudam e atendem o fenômeno como, por exemplo, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção a Infância e Adolescência – ABRAPIA; o Laboratório de Estudos da Criança e do Adolescente da USP - LACRI, entre outros.

Não pretendemos fazer uma análise mais detalhada sobre os dados revelados. O que faremos é destacar algumas informações que acreditamos serem relevantes e que darão uma idéia da situação da violência contra a população infanto-juvenil no município. Assim dividiremos a exposição dos dados da seguinte forma: na tabela nº 01 estarão descritos os tipos de violência e quantos casos ocorreram de acordo com o gênero e a faixa etária. As situações novas, as já em atendimento e o total de atendimentos no mês, serão expostos na tabela nº 2 e por último será dada visibilidade aos principais agressores e a quantidade de agressão por tipo de violência, destacados na tabela nº 3.

Tabela nº 01
Tipo de violência por gênero e faixa etária.

| Tipos de Violência | Masculino | | | | | | | | | | | |
|--------------------|-----------|------|------|------|--------|------|------|------|---------|------|------|------|
| | 0 a 6 | | | | 7 a 14 | | | | 15 a 18 | | | |
| | mar. | abr. | maio | jun. | mar. | abr. | Maio | jun. | mar. | abr. | maio | jun. |
| V. F.* | 01 | 01 | | | 02 | 03 | 05 | 05 | | | | |
| V. P.** | 05 | 05 | 04 | 06 | 08 | 10 | 11 | 13 | 02 | 02 | 02 | 02 |
| A S.*** | 02 | 02 | 02 | 02 | 03 | 02 | 02 | 02 | 01 | 01 | 01 | 01 |
| E. S.**** | | | | | | | | | | | | |
| N.* | | | | | 08 | 11 | 08 | 07 | 01 | 02 | 02 | 01 |
| Total | 08 | 08 | 06 | 08 | 21 | 26 | 26 | 27 | 04 | 05 | 05 | 04 |

| | Feminino | | | | | | | | | | | |
|----|----------|------|------|------|--------|------|------|------|---------|------|------|------|
| | 0 a 6 | | | | 7 a 14 | | | | 15 a 18 | | | |
| | mar. | abr. | maio | jun. | mar. | abr. | maio | jun. | mar. | abr. | maio | jun. |
| | | | | | 03 | 03 | 03 | 04 | | | | |
| 01 | 01 | | | | 10 | 17 | 11 | 12 | 02 | 02 | 03 | 02 |
| 01 | 02 | 01 | 01 | | 25 | 27 | 28 | 31 | 13 | 12 | 13 | 15 |
| | | | | | 06 | 06 | 06 | 07 | 07 | 07 | 05 | 04 |
| | | | | | 01 | 01 | 01 | 01 | | | | |
| 02 | 03 | 01 | 01 | | 45 | 54 | 49 | 55 | 22 | 21 | 21 | 21 |

Fonte: Relatórios do Projeto Social Anjo da Guarda referentes aos meses de março a junho de 2003.

*Violência Física; **Violência Psicológica; ***Abuso Sexual; ****Exploração Sexual e *****Negligência.

Nesta primeira tabela podemos identificar em todos os meses que, tanto entre as meninas como entre os meninos, a idade em que sofreram maior número de violências é entre 7 e 14 anos, porém, entre as meninas o número de atendimentos é praticamente o dobro do que ocorreu com os meninos nessa faixa etária - o que revela estarem as meninas mais expostas às violências, acompanhando dados de outras realidades - como exemplo temos o que ocorre com o abuso sexual, em que as meninas na idade de 7 a 14 anos são as maiores vítimas. Segundo a ABRAPIA, de cada 100 denúncias de maus-tratos contra crianças e adolescentes que chegam, 9 são de abuso sexual e a vítima é do sexo feminino em 80% dos casos. (MONTEIRO, 2002, p.07).

Através de um levantamento realizado pelo Programa Sentinela de nível nacional, no ano de 2002 foram atendidas 27.747 crianças e adolescentes. Desse montante 14.011 meninos e meninas (ou 50,4%) tinham sido vitimados sexualmente. O restante havia sofrido violência física, psicológica ou negligência. Esses dados também revelam que as meninas são as mais atingidas nesse tipo de crime. Dos 14.011 casos acompanhados, nada menos do que 11.492 (ou 82%) envolviam meninas. (O GRITO DOS INOCENTES, 2003). Isso nos possibilita pensar que os casos de abuso sexual com meninos podem estar mais sujeitos ao pacto de silêncio não sendo denunciados ou sendo denunciados em menor proporção em relação ao das meninas. Além do que é importante lembrar que os dados revelados costumam ser inferiores aos dados encobertos, sendo notória a subnotificação do abuso sexual. Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos⁴⁶ revelou que 1 em cada 3 garotas e 1 em cada 4 garotos são abusados sexualmente antes dos 18 anos, porém, somente 1 em cada 4 garotas e 1 em cada 100 garotos tem o abuso sexual sofrido denunciado. Além disso a pesquisa mostra que 1 criança é abusada sexualmente a cada 4 segundos e 90% das vítimas são abusadas por pessoas que elas conhecem, confiam e amam. No Brasil 165 crianças e adolescentes sofrem abuso sexual por dia ou 7 a cada hora, segundo Monteiro (2002).

A exploração sexual também ocorre mais entre as meninas e também na faixa etária dos 7 aos 14 anos, não havendo em nenhum mês casos de exploração sexual entre os meninos. Neste particular as meninas também são mais vulneráveis à violência que os meninos. Segundo dados do Grito dos Inocentes (2003) - oito em cada dez vítimas de abuso sexual ou de exploração sexual são do sexo feminino, independentemente da classe sócio-econômica a que pertencem. Os que estão em estratos sociais menos privilegiados são os mais suscetíveis à exploração – a pobreza influencia e potencializa o delito sexual para fins comerciais.

⁴⁶ A fonte da referida pesquisa (MONTEIRO, 2002, p.07), não cita a data de sua divulgação.

Segundo pesquisa do LACRI, ocorreram no primeiro trimestre de 2003, em 128 municípios (20 estados) 20.757 notificações – 30% a mais do que no mesmo período de 2002, quando houve 15.974 notificações. Em relação ao abuso sexual de acordo com esse estudo, foram registradas 522 situações envolvendo meninos e 2077 envolvendo meninas, aparecendo novamente aí mais casos entre pessoas do sexo feminino⁴⁷. Esse trabalho não corresponde às informações do país todo. A pesquisa só mostra a “Ponta do Iceberg” do um fenômeno conforme informam os dados da Instituição.

As estatísticas ainda nos revelam ser a violência física mais recorrente entre os meninos, na faixa etária de 0 a 6 e de 7 a 14 anos, sendo isto também visível quanto a violência psicológica. Apenas nos meses de março e abril, esse dado se inverte para a faixa etária de 7 a 14 anos e a violência psicológica aparece mais entre as meninas. Os meninos também são as maiores vítimas de negligência, ocorrendo principalmente na idade de 7 a 14 anos.

A pesquisa do LACRI, traça o seguinte perfil das violências em 2003, identificando os casos envolvendo meninos e meninas:

- Violência física: masculino: 3.428; feminino: 3.069;
- Violência sexual: masculino: 522; feminino: 2.077;
- Violência psicológica: masculino: 1.436; feminino: 1.516;
- Negligência: masculino: 4.585; feminino: 4.102.

Esses dados revelam uma homogeneidade entre os números das violências que ocorreram entre meninos e meninas de acordo com o que foi levantado com a pesquisa, havendo exceção em relação a violência sexual, em que os números referentes as meninas é bem maior do que o que ocorreu com os meninos. Isso ocorre também com os dados dos

⁴⁷ ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS, A PONTA DO ICEBERG. Disponível no em: www.usp.br/ip/laboratorios/lacri. Acesso em : 27/01/2004.

relatórios de Caçador, sendo as outras modalidades de violência, pelo menos no município, lideradas pelos meninos.

Tabela nº 02

Tipo de violência, situações novas, situações já em atendimento e total de atendimentos no mês.

| Tipos de Violência | Casos novos | | | | Casos já em atendimento | | | | Total | | | |
|--------------------|-------------|-----|-----|-----|-------------------------|-----|-----|-----|-------|-----|-----|-----|
| | mar | abr | mai | jun | mar | abr | Mai | jun | mar | abr | mai | jun |
| V. F.* | | 01 | 03 | 01 | 06 | 06 | 05 | 08 | 06 | 07 | 08 | 09 |
| V. P.** | 05 | 10 | 02 | 07 | 23 | 27 | 29 | 28 | 28 | 37 | 31 | 35 |
| A S.*** | 06 | 03 | 07 | 06 | 39 | 43 | 40 | 46 | 45 | 46 | 47 | 52 |
| E S.**** | 02 | | | 02 | 11 | 13 | 11 | 09 | 13 | 13 | 11 | 11 |
| N***** | | 04 | | 01 | 10 | 10 | 11 | 08 | 10 | 14 | 11 | 09 |
| Total | 13 | 18 | 12 | 17 | 89 | 99 | 96 | 99 | 102 | 117 | 108 | 116 |

Fonte: Relatórios do Projeto Social Anjo da Guarda referentes aos meses de março a junho de 2003.

* Violência Física; **Violência Psicológica; ***Abuso Sexual; ****Exploração Sexual e *****Negligência.

A partir do exposto na tabela nº 02 é possível perceber que os dados de todos os meses revelam em maior número a ocorrência de abuso sexual, seguido da violência psicológica. Segundo dados do LACRI os números nacionais das violências em 2003 foram os seguintes: violência física: 6.494; violência sexual: 2.599; violência psicológica: 2.952 e negligência: 8.687. Dessa forma podemos perceber que a violência sexual não é a violência que ocorre em maior número, sendo a negligência a violência mais notificada, diferenciando-se do que ocorre no *Projeto*, em que o abuso sexual é o tipo de violência mais denunciado.

Os dois tipos de violência que trouxeram mais situações novas ao *Projeto* durante os meses em destaque foi o abuso sexual e a violência psicológica. Nos meses de março e maio a maioria dos casos novos era de abuso sexual e nos meses de abril e junho o maior número de casos novos foi de violência psicológica, havendo uma alternância nas situações novas que chegavam, envolvendo esses dois tipos de violência.

Através do total de atendimentos dos meses de março a junho, podemos perceber que a média foi em torno de 111 situações/mês. De acordo com o que já foi exposto no item 1.2, o *Projeto* trabalha com um número de profissionais para atendimento de 50 situações/mês, e fica visível a disparidade entre o que é necessário em termos de profissionais para o atendimento e o que é viabilizado pelo poder público.

Tabela nº 03
Relação tipo de violência X agressor.

| Tipos de Violência | Pai | | | | Mãe | | | | Padrasto | | | | madrasta | | | |
|--------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----------|-----|-----|-----|----------|-----|-----|-----|
| | mar | abr | mai | jun | mar | abr | mai | jun | mar | abr | mai | jun | mar | abr | mai | jun |
| V. F.* | 02 | 03 | 02 | 02 | | | 01 | 01 | 02 | 02 | 02 | 03 | | | | |
| V. P.** | 02 | 02 | 02 | 05 | 16 | 18 | 12 | 15 | 02 | 03 | 03 | 02 | 01 | 01 | 01 | 01 |
| A.S.*** | 09 | 07 | 06 | 06 | | | | | 08 | 08 | 10 | 11 | | | | |
| E.S.**** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| N.***** | | 01 | 01 | | 10 | 13 | 10 | 09 | | | | | | | | |
| Total | 13 | 13 | 11 | 13 | 26 | 31 | 23 | 25 | 12 | 13 | 15 | 16 | 01 | 01 | 01 | 01 |

| Irmãos | | | | Tios | | | | Avós | | | | Outros familiares | | | | Outros | | | |
|--------|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-------------------|-----|-----|-----|--------|-----|-----|-----|
| Mar | abr | mai | jun | mar | abr | mai | jun | mar | abr | mai | jun | mar | abr | mai | jun | mar | abr | mai | jun |
| | | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 02 | 01 | 05 | 18 | 10 | 10 |
| 01 | 01 | 01 | 01 | | 01 | 01 | 03 | 04 | 05 | 05 | 04 | 03 | 03 | 03 | 03 | 21 | 21 | 21 | 24 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | 13 | 06 | 11 | 11 |
| 01 | 01 | 02 | 02 | 01 | 02 | 02 | 04 | 06 | 07 | 07 | 06 | 04 | 04 | 05 | 04 | 39 | 45 | 42 | 45 |

Fonte: Relatórios do Projeto Social Anjo da Guarda referentes aos meses de março a junho de 2003.

* Violência Física; **Violência Psicológica; ***Abuso Sexual; ****Exploração Sexual e *****Negligência.

A tabela nº 03 nos trás informações referentes ao tipo de violência e ao agressor. Fica evidente o maior número de agressões cometida pelos “outros” considerados fora da rede familiar da criança ou do adolescente, sendo que a maior violência cometida por esse agressor é o abuso sexual, correspondendo a uma média de 21 situações/mês e logo em seguida aparece a exploração sexual com uma média de 10 situações/mês. De acordo com dados do LACRI, 11% do abuso sexual extrafamiliar é cometido pelos

“vizinhos” e os “outros” são responsáveis por 89% dos casos. Nesse sentido podemos perceber que a família estava presente em menor número nesses tipos de violências⁴⁸.

A mãe vem logo em seguida no número de agressões, sendo a agressão mais recorrente a violência psicológica, seguida da negligência. O pai e o padrasto aparecem logo depois, sendo a agressão mais cometida o abuso sexual. Quanto a isso alguns dados da ABRAPIA⁴⁹ nos colocam que no caso do abuso sexual intrafamiliar o pai é responsável por 23% dos casos; o padrasto 14%, o tio 6%; a mãe 5% e o irmão 3%. Essa seria a incidência dos agressores nas situações de abuso sexual que ocorrem no *Projeto*, porém, de acordo com os relatórios os avós vem logo depois do padrasto e a mãe não aparece como agressora nesses casos.

No número total de violências, a incidência dos maiores agressores é de outros, da mãe, do padrasto, do pai, dos avós, dos outros familiares, dos tios, dos irmãos e da madrasta. Isso ocorrendo, respectivamente, em todos os meses destacados.

Com essas informações procuramos destacar o número de atendimentos e os agressores durante o período em que se deu a nossa prática do estágio, ficando evidente como já foi mais esclarecido no item 1.2 o quanto a violência praticada contra crianças e adolescentes é expressiva, percebendo-se a importância do *Projeto Social Anjo da Guarda* para o município de Caçador.

⁴⁸ DADOS ESTATÍSTICOS DA ABRAPIA. Disponível em: «www.usp.br/ip/laboratorios/lacti». Acesso em 28/01/2004.

⁴⁹ DADOS ESTATÍSTICOS DA ABRAPIA. Disponível em: «www.abrapia.org.br». Acesso em 28/01/04.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de construção desse Trabalho de Conclusão de Curso, pudemos absorver um avolumar de conhecimentos e referenciais teóricos que nos elucidaram em relação ao entendimento de algumas políticas públicas destinadas a população infanto-juvenil ao longo da história do Brasil, até chegarmos as ações desenvolvidas pelos Centros de Referência do Programa Sentinela, denominado municipalmente em Caçador de *Projeto Social Anjo da Guarda*. Esse estudo nos possibilitou a percepção do longo caminho trilhado para que crianças e adolescentes deixassem de ser objetos de tutela e submissão - através de legislações que tinham a intenção de resolver o problema do “menor” - até passarem a ser considerados sujeitos de direitos, na perspectiva de uma nova relação entre adultos e jovens, baseada no afeto, na proteção e na socialização.

Além desse arcabouço de informações, foi-nos possibilitado também conhecer a realidade do município de Caçador, onde as ações do *Projeto* são implementadas. No cenário estadual o município de Caçador é o 15º em arrecadação do Estado de Santa Catarina, além de ter um complexo industrial e um movimento comercial bastante expressivo, porém, apesar de estes serem fatores positivos, não é possível desconsiderar outros aspectos que revelam pessoas vivendo em condições precárias em virtude do trabalho degradante na lavoura do tomate, integrando, inclusive, nesse quadro, crianças e adolescentes, sem contar o contingente de pessoas que está desempregado avolumando as filas do Serviço Nacional de Empregos – SINE, com um total de trabalhadores no cadastro até 07/11/2003 de 18.774 pessoas; crianças fora da escola; crianças e adolescentes vítimas de violência, como se evidencia nos atendimentos do *Projeto*, que somam em média 111 situações/mês.

Em se tratando da escolha do campo de estágio, o nosso interesse pelo Programa Sentinela - *Projeto Social Anjo da Guarda*, deu-se principalmente pela vontade em trabalhar com crianças e adolescentes, pois, acreditamos que respeitá-los e considerá-los enquanto sujeitos, fazendo com que atravessassem essas fases da vida da melhor forma possível, contribuirá para que se tornem adultos melhores. Assim, antes do início do estágio, fomos algumas vezes ao *Projeto* para acertar os últimos detalhes sobre o estágio, e lá nos sentimos muito à vontade.

Todos os profissionais nos acolheram e se dispuseram à troca de experiências, que sem dúvida foi bastante enriquecedora. Após essa acolhida, no transcorrer do estágio, foi possível apreender a dinâmica e o funcionamento do *Projeto*, tendo essa experiência, grande peso para a nossa formação, pois apreendemos questões fundamentais para uma futura atuação profissional na área da violência, como a forma de abordar as crianças e adolescentes, para que não fossem revitimizados, assim como a necessidade de uma constante reciclagem e capacitação, para intervir da melhor forma possível. Vimos que a ética profissional também precisa fazer parte de todas as ações, além do comprometimento do profissional com uma situação tão delicada como é a questão da violência contra a população infanto-juvenil.

Apesar do curto espaço de tempo do estágio, pudemos assimilar o trabalho desenvolvido e a proposta a ser executada, porém, acreditamos que nossa atuação poderia ter sido mais expressiva, se nos tivessem sido dadas mais responsabilidades, assim como propõe as diretrizes do estágio do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. A proposta tem como objetivo uma atuação profissional do estagiário, implicando todas as responsabilidades de um profissional já formado, pois, entende-se que ao longo do curso o aluno teve condições de apreender as informações necessárias para a intervenção profissional, através de 03 disciplinas, com caráter de oficinas, distribuídas em

três semestres letivos. O campo de estágio seria, então, o espaço para a intervenção prática, com supervisão, do assistente social da Instituição.

Durante o período de realização do estágio, no *Projeto Social Anjo da Guarda*, acreditamos que os princípios presentes no Guia Operacional para os Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela foram levados em consideração por toda a equipe na atuação profissional, os quais mostravam-se comprometidos, revelando uma postura ética e tendo como principal fundamento o interesse superior da criança e do adolescente.

Podemos afirmar que o atendimento especializado era realizado com competência, assim como o encaminhamento para os serviços existentes no município para a garantia de direitos. Havia também um trabalho de sistematização sobre as informações referentes as violências através dos relatórios elaborados mensalmente, o que revela a organização e a seriedade do trabalho.

Em relação ao atendimento à família, acreditamos ser este ainda deficitário, pois devido ao número insuficiente de profissionais, não havia um acompanhamento mais sistemático. Visitas eram realizadas em situações em que havia algum problema com a criança ou com o adolescente, quando estes faltavam ao *Projeto*, ou em alguma situação especial, mas não era um contato contínuo e sistemático. Também a inserção das famílias em Projetos de geração de emprego e renda, não foi possível, pois o município não tem ainda uma política definida nessa área. Alguns encaminhamentos eram realizados pelo Psicólogo do *Projeto* que também trabalhava numa empresa privada, na área de recrutamento e seleção e, quando era viável, possibilitava a inserção nas vagas de empregos de membros das famílias atendidas pelo *Projeto*, o que revela a fragilidade de uma atuação sem o respaldo de uma política pública.

Outros aspectos fundamentais no desenvolvimento das ações no *Projeto* também se realizaram, como o trabalho em grupos, evidenciando a multidisciplinariedade nas ações. A observância do Estatuto da Criança e do Adolescente para embasar a atuação

em relação as demandas que chegavam, retrata o comprometimento de todos os profissionais. Outro aspecto positivo diz respeito ao trabalho de prevenção realizado junto as escolas, através da apresentação e divulgação do *Projeto* e da distribuição de cartazes junto a comunidade em geral, que por um lado acabou dando visibilidade as atividades realizadas pelo *Projeto* e, por outro lado, também ao fenômeno da violência contra crianças e adolescentes no município.

Entendemos que as formas de atendimento realizadas pelo *Projeto* tanto os individuais, como os em grupos, assim como a realização das visitas domiciliares, tem resultados positivos e são importantes. Gostaríamos, contudo, de sugerir que fosse possibilitado maior espaço para as crianças e os adolescentes quanto à escolha dos temas a serem trabalhados nos atendimentos grupais, para que se sintam sujeitos, o que poderia fazer com que o trabalho rendesse mais, pois, num grupo muitas vezes o que julgamos serem coisas importantes para se repassar, nem sempre é o que interessa ou o que se quer ouvir.

Em relação ao atendimento individual realizado pelo Serviço Social, acreditamos que este requer um pouco mais de atenção, em virtude das interrupções havidas, o que, ao nosso ver, prejudicam a dinâmica da entrevista, comprometendo também o sigilo que requerem as situações atendidas.

Quanto aos agressores, em que ficou claro ser o maior agressor os “outros”, considerados fora da rede familiar da criança e do adolescente, gostaríamos também de sugerir que fosse feito um estudo, ou alguma pesquisa para entender melhor esse fenômeno, visto que na maioria das estatísticas nacionais são as pessoas da rede familiar, como o pai e o padrasto que aparecem nas notificações como os maiores agressores.

Através dos dados dos relatórios, fica evidente que o *Projeto* representa uma estratégia que precisa ter continuidade, necessitando ser contemplado pelo poder público com mais profissionais, o que é indispensável, em virtude do número de atendimentos.

Também deveria haver mais investimentos do poder público nos equipamentos de informática que precisam ser modernizados e com acesso à Internet, o que facilitaria a organização de um banco de dados referente as demandas que chegam ao *Projeto*, e também daria mais visibilidade as ações desenvolvidas no *Projeto*.

No nosso entendimento, ser assistente social nesse contexto requer compromisso ético; constante aprimoramento através de conhecimentos e habilidades teóricas e metodológicas para o trabalho com crianças e adolescentes vitimados, fazendo com que a intervenção seja a mais competente possível; além de um comprometimento e de uma postura sempre ativa na defesa e proteção da população infanto-juvenil que é vítima de alguma forma de violência.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro. LTC Editora, 1981.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. (Org). **Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento**. São Paulo. Editora Cortez, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2001.

BRASIL. **Guia Operacional para Funcionamento dos Serviços e Centros de Referência do Programa Sentinela**, 2002.

BRASIL. Lei nº 8662 (1993). **Código de Ética do Assistente Social**. 3 ed. Brasília, 1997.

BRASIL Lei nº 8069 (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Florianópolis, 1995.

CHAMBOULEYRON, R. **Jesuítas e as Crianças no Brasil quinhentista**. In: História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência. Brasília, 2000.

DADOS ESTATÍSTICOS DA ABRAPIA. Disponível em: «www.abrapia.com.br». Acesso em 28/01/04.

DISTÂNCIA DOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS. Disponível em: «www.listen.com.br/sebrae/cidades.htm». Acesso em 10/11/03.

DOLINGER, J. **A Família no Direito Internacional Privado**. In: Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pgs. 79-162.

ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS, A PONTA DO ICEBERG. Disponível em: «www.usp.br/ip/laboratórios/lacri». Acesso em 27/01/04.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1997.

HISTÓRICO DE CAÇADOR. Disponível em: «www.caçador.com.br». Acesso em 10/10/03.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

JUBILEU DE OURO. Uma História de Realizações. Revista comemorativa aos 50 anos de Caçador. Caçador, 1984.

MENEGASSO, M. E. **O Trabalho, a Ocupação e o Emprego: uma perspectiva histórica.** Revista de Negócios, vol. 5 – nº 1. Blumenau, 2000.

MONTEIRO, L. F. (org). **Abuso Sexual: mitos e realidade.** ABRAPIA. 3 ed. Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 3 ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

O GRITO DOS INOCENTES: Os Meios de Comunicação e a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes/coordenação Veet Vivarta. São Paulo: Cortez, 2003. – (Série Mídia e mobilização social; v.5).

PILOTTI, F. e RIZZINI, I. (Org). **A Arte de Governar Crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Ed. Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL. 2 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2001.

RELATÓRIOS DO ARQUIVO DO PROJETO SOCIAL ANJO DA GUARDA, 2003.

RIZZINI, I. **A Criança e a Lei no Brasil revisitando a história (1822-2000)**. Brasília, DF. UNICEF/ Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

_____. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

SOUZA, M. P. **Crianças e Adolescentes: absoluta prioridade?** Revista Katalysis nº2. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992, p.41-48.

THOMÉ, N. **Revista Comemorativa aos 60 anos de Caçador**. Caçador, 1994.

_____. **História da Imigração Italiana em Caçador**. 2 ed. Caçador: INCON Edições – UNC, 1993.

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO.
www.listen.com.br/sebrae/cidades.htm Acesso em 10/11/03.

Disponível em:

ANEXOS

ANEXO A
Anamnèse Social



ANAMNESE SOCIAL

| | | |
|------|------|----------|
| CASO | DATA | PROCESSO |
|------|------|----------|

I - IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA / ADOLESCENTE

| | | | |
|---------------------|-------|--------------|--------------|
| Nome | | | |
| Endereço | | | |
| Ponto de Referência | | | |
| Tel | Idade | Sexo (m) (f) | Escolaridade |
| Data de Nascimento | | Naturalidade | |

II - IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA

| | | | |
|-------------------|-------|----------|--------------|
| Pai | | | |
| Endereço | | | |
| Referência | | Telefone | |
| Raça | Idade | Religião | Escolaridade |
| Local de Trabalho | | Telefone | |
| Ocupação | | Renda | |

| | | | |
|-------------------|-------|----------|--------------|
| Mãe | | | |
| Endereço | | | |
| Referência | | Telefone | |
| Raça | Idade | Religião | Escolaridade |
| Local de Trabalho | | Telefone | |
| Ocupação | | Renda | |

| | | | |
|-------------------|--------------|----------|--|
| Responsável | | | |
| Endereço | | | |
| Referência | | Telefone | |
| Grau de Relação | | Idade | |
| Raça | Escolaridade | Religião | |
| Local de Trabalho | | Telefone | |
| Ocupação | | Renda | |

III - VIDA ESCOLAR DA CRIANÇA / ADOLESCENTE:

| | | | |
|--------------------------------------|--|--------|--|
| Escola que frequenta | | | |
| Série | | Turno | |
| Houve abandono (s) (n) | | Quando | |
| Motivo do abandono | | | |
| Apresenta alguma dificuldade (s) (n) | | Área | |

IV – SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA E CULTURAL:

| | | | |
|-----------------------|-----------|--------------------|-----------------|
| Posição cr/a na prole | Nº irmãos | Irmãos paternos | Irmãos maternos |
| Com quem reside | | Nº pessoas residem | |

Situação Membros da Casa

| NOME | IDADE | PARENTESCO | ESTUDA/ SÉRIE | TRABALHO/ OCUPAÇÃO | RENDA |
|------|-------|------------|------------------|-----------------------|-------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

Outras Considerações

| |
|--|
| |
| |
| |
| |

Condições Habitacionais

| | | | | | | | |
|-----------------------|--|---|--|---|---------------------------------------|---------------------------------------|-------------------|
| Situação Habitacional | <input type="checkbox"/> Própria | <input type="checkbox"/> Alugada | <input type="checkbox"/> Cedida | <input type="checkbox"/> Invasão | <input type="checkbox"/> Financiada | <input type="checkbox"/> Outros _____ | Nº Cômodos () |
| Tipo de Construção | <input type="checkbox"/> Alvenaria | <input type="checkbox"/> Adobe | <input type="checkbox"/> Taipa | <input type="checkbox"/> Madeira | <input type="checkbox"/> Outros _____ | | |
| Abastecimento Água | <input type="checkbox"/> Rede Pública | <input type="checkbox"/> Poço/Nascente | <input type="checkbox"/> Outros _____ | | | | |
| Tratamento Água | <input type="checkbox"/> Filtração | <input type="checkbox"/> Fervura | <input type="checkbox"/> Cloração | <input type="checkbox"/> Sem tratamento | <input type="checkbox"/> Outros _____ | | |
| Iluminação | <input type="checkbox"/> Relógio Próprio | <input type="checkbox"/> Sem Relógio | <input type="checkbox"/> Relógio Comunitário | <input type="checkbox"/> Lampião | <input type="checkbox"/> Vela | <input type="checkbox"/> Outros _____ | |
| Escoamento Sanitário | <input type="checkbox"/> Rede Pública | <input type="checkbox"/> Fossa Rudimentar | <input type="checkbox"/> Fossa Sêptica | <input type="checkbox"/> Céu Aberto | <input type="checkbox"/> Outros _____ | | |
| Destino do Lixo | <input type="checkbox"/> Coletado | <input type="checkbox"/> Queimado | <input type="checkbox"/> Enterrado | <input type="checkbox"/> Céu Aberto | <input type="checkbox"/> Outros _____ | | |

Outras Considerações

| |
|--|
| |
| |
| |
| |

V – ASPECTOS TOXICOLÓGICOS:

| | | |
|---|---------------|---------------|
| Faz uso de drogas (s) (n) | Tempo de uso | Tipo de droga |
| Fez uso de drogas (s) (n) | Tempo de uso | Tipo de droga |
| Histórico de familiares usuários de droga (s) (n) | | Parentesco |
| Tempo de uso | Tipo de droga | |

VI - DINÂMICA FAMILIAR :

| |
|-------------------------|
| Constituição da família |
| |
| |

| |
|--|
| Infância e adolescência da vítima (se foi desejda, amada) |
| |
| |

| | |
|----------------------------------|--------|
| Pais separados (sim) (não) | Motivo |
| | |
| Relacionamento conjugal dos pais | |
| | |
| | |

| |
|----------------------|
| Relação pai / filho |
| Relação mãe / filho |
| Relação irmão / irmã |

| |
|---|
| Atribuições / Papéis de cada membro da família nas tarefas domésticas |
| |
| |
| |

| | | |
|-------------------------|----------|----------|
| Possui avós (sim) (não) | Paternos | Maternos |
| Como se dá a relação | | |
| | | |
| | | |

| |
|--|
| Quais os costumes e brincadeiras diárias |
| |
| |

Comportamento da vítima antes da violência

Comportamento da vítima durante a violência

Comportamento da vítima depois da violência

Sentimento da Vítima em Relação ao Agressor () medo () pavor () raiva
() carinho () indiferente () outros

Sentimento e comportamento da vítima em relação aos outros membros da família

Outras Considerações

VII - QUEIXA PRINCIPAL:

VIII - HISTÓRICO SOBRE A QUEIXA:

Data / Mês / Ano / Época em que ocorreu a violência

Idade da vítima na época

Como e onde ocorreu a violência?

Qual a frequência da violência?

Quanto tempo durou?

Quando terminou?

Em quais momentos ocorria a violência?

Como teve conhecimento da ocorrência da violência?

Possuía desconfiança do risco enfrentado pela vítima na companhia do agressor ?

O agressor possui comportamento violento? Sabe ou imagina as razões ?

Qual a reação ao tomar conhecimento da violência?

Como reagiram os outros membros da família ao tomarem conhecimento da violência?

O entrevistado acreditou no relato da vítima?

Quais as providências adotadas?

Registrou queixa em algum órgão ou possui interesse em registrar?

O que pensa em relação à violência ocorrida?

Deseja a punição do agressor?

Outras considerações

IX - ATITUDE DA FAMILIA DIANTE DO PROBLEMA:

Qual o sentimento e posição da família com relação ao agressor?

X - CASOS ANTERIORES DE VIOLÊNCIA

Já sofreu violência anterior?

Como ocorreu?

ANEXO B
Ficha de Visita Domiciliar

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
CENTRO DE REFERÊNCIA - PROGRAMA SENTINELA
PROJETO SOCIAL ANJO DA GUARDA

RELATO DE VISITA DOMICILIAR

Data: ___ / ___ / ___.

Horário: _____

Criança/Adolescente: _____

Endereço: _____

Ponto de referência: _____

Data de nascimento: _____ Naturalidade: _____

Responsável: _____

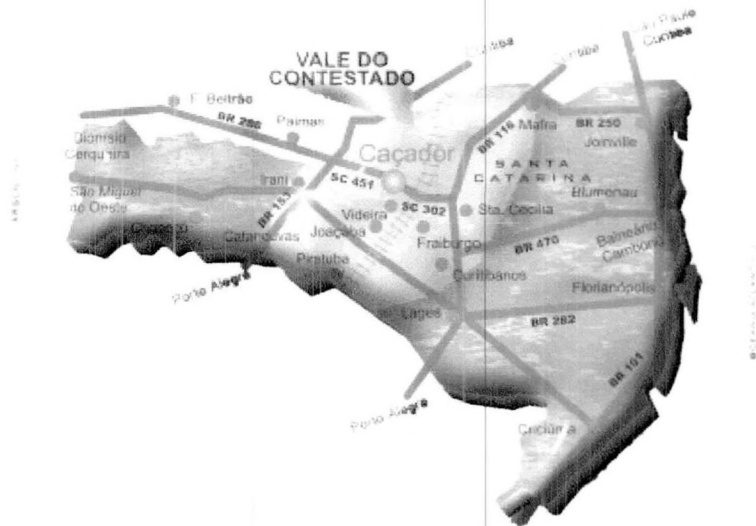
Objetivo da visita: _____

Desenvolvimento descritivo: _____

Encaminhamentos: _____

ANEXO C

Foto e localização do município de Caçador no estado de Santa Catarina



ANEXO D
Relatório referente ao mês de Abril

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO QUALIQUANTITATIVO
PROGRAMA SENTINELA - CAÇADOR
Mês de Abril /2003 -- Total de crianças e adolescentes atendidos: 117

| | | | | | |
|--|-------------|---|--------------|-------------|-------------|
| Município: Caçador | UF: SC | Data início das atividades: 01 a 30/04/03 | | | |
| Modalidade | CRDI 80 () | CRD 80 () | CRDI 50 () | CRD 50 (X) | SR () |
| Rede de Cooperação | | | | | |
| Consolidada | Saúde () | Educação () | Trabalho () | Justiça () | Cultura () |
| Assistência Social (X) | | | | | |
| Plano Municipal de Enfrentamento Elaborado | Sim (X) | Não () | Data: 2002 | | |

Caracterização do Usuário/ Quantidade de Crianças e Adolescentes Atendidos

| Tipos de Violência | Masculino | | | Feminino | | |
|-----------------------|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | 01 | 03 | | | 03 | |
| Violência psicológica | 05 | 10 | 02 | 01 | 17 | 02 |
| Abuso sexual | 02 | 02 | 01 | 02 | 27 | 12 |
| Exploração sexual | | | | | 06 | 07 |
| Negligência | | 11 | 02 | | 01 | |
| Total | 08 | 26 | 05 | 03 | 51 | 21 |

Número de casos atendidos segundo a Origem (encaminhado por/pela)

| Tipos de violência | Comunidade Fórum | Denúncia/ Projeto | Escola | Conselho Tutelar | Outros |
|-----------------------|------------------|-------------------|--------|------------------|--------|
| Violência física | | | 01 | 04 | 02 |
| Violência psicológica | 02 | 10 | 09 | 14 | 02 |
| Abuso Sexual | 03 | 12 | 02 | 27 | 02 |
| Exploração sexual | | 02 | | 10 | 01 |
| Negligência | | 08 | | 05 | 01 |
| Total | 05 | 32 | 12 | 60 | 08 |

Número de Usuários segundo Gênero e Raça

| Tipos de Violência | Branca | | | | | |
|-----------------------|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | 01 | 02 | | | 01 | |
| Violência psicológica | 05 | 05 | 02 | 01 | 13 | |
| Abuso sexual | 02 | 01 | | 02 | 12 | 08 |
| Exploração sexual | | | | | 01 | 03 |
| Negligência | | 06 | 01 | | | |
| Total | 08 | 14 | 03 | 03 | 27 | 11 |

Número de Usuários segundo Gênero e Raça

| Tipos de Violência | Negra | | | | | |
|-----------------------|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | | | | | |
| Violência psicológica | | 01 | | | 01 | 01 |
| Abuso sexual | | | | | | |
| Exploração sexual | | | | | | |
| Negligência | | | | | | |
| Total | | 01 | | | 01 | 01 |

Número de Usuários segundo Gênero e Raça

| Tipos de Violência | Parda | | | | | |
|-----------------------|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | 01 | | | 02 | |
| Violência psicológica | | 05 | | | 04 | |
| Abuso sexual | | 01 | 01 | | 13 | 05 |
| Exploração sexual | | | | | 05 | 04 |
| Negligência | | 05 | 01 | | 01 | |
| Total | | 12 | 02 | | 25 | 09 |

Número de Usuários segundo a Renda Familiar

| Tipos de Violência | De 0 a 1 Salário Mínimo | | | | | |
|-----------------------|-------------------------|--------|---------|----------|--------|---------|
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | 01 | 01 | | | 02 | |
| Violência psicológica | 05 | 07 | 02 | 01 | 11 | 02 |
| Abuso sexual | 02 | 02 | 01 | 01 | 19 | 11 |
| Exploração sexual | | | | | 04 | 07 |
| Negligência | | 10 | 01 | | 01 | |
| Total | 08 | 20 | 04 | 02 | 37 | 20 |

Número de Usuários segundo a Renda Familiar

| Tipos de Violência | De 1 a 3 Salários Mínimos | | | | | |
|-----------------------|---------------------------|--------|---------|----------|--------|---------|
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | 01 | | | 01 | |
| Violência psicológica | | 02 | | | 06 | |
| Abuso sexual | | | | | 04 | 02 |
| Exploração sexual | | | | | 02 | |
| Negligência | | 01 | 01 | | | |
| Total | | 04 | 01 | | 13 | 02 |

| Número de Usuários Segundo a Renda Familiar | | | | | | |
|---|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| Mais que 3 Salários Mínimos | | | | | | |
| Tipos de Violência | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | 01 | | | | |
| Violência psicológica | | 01 | | | | |
| Abuso sexual | | | | 01 | 03 | |
| Exploração sexual | | | | | | |
| Negligência | | | | | | |
| Total | | 02 | | 01 | 03 | |

| Número de Usuários atendidos Segundo Gênero e Vínculo do Agressor | | | | | | |
|---|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| Pai | | | | | | |
| Tipos de Violência | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | 02 | | | 01 | |
| Violência psicológica | | | | | 01 | 01 |
| Abuso sexual | | | 01 | | 03 | 03 |
| Exploração sexual | | | | | | |
| Negligência | | 01 | | | | |
| Total | | 03 | 01 | | 05 | 04 |

| Número de Usuários atendidos Segundo Gênero e Vínculo do Agressor | | | | | | |
|---|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| Mãe | | | | | | |
| Tipos de Violência | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | | | | | |
| Violência psicológica | 05 | 03 | | 01 | 09 | |
| Abuso sexual | | | | | | |
| Exploração sexual | | | | | | |
| Negligência | | 10 | 02 | | 01 | |
| Total | 05 | 13 | 02 | 01 | 10 | |

| Número de Usuários atendidos Segundo Gênero e Vínculo do Agressor | | | | | | |
|---|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| Padrasto | | | | | | |
| Tipos de Violência | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | 01 | | | | 01 | |
| Violência psicológica | | 02 | 01 | | | |
| Abuso sexual | 01 | | | | 05 | 02 |
| Exploração sexual | | | | | | |
| Negligência | | | | | | |
| Total | 02 | 02 | 01 | | 06 | 02 |

Número de Usuários atendidos Segundo Gênero e Vínculo do Agressor

| Tipos de Violência | Madrasta | | | | | |
|-----------------------|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | | | | | |
| Violência psicológica | | | 01 | | | |
| Abuso sexual | | | | | | |
| Exploração sexual | | | | | | |
| Negligência | | | | | | |
| Total | | | 01 | | | |

Número de Usuários atendidos Segundo Gênero e Vínculo do Agressor

| Tipos de Violência | Irmãos | | | | | |
|-----------------------|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | | | | | |
| Violência psicológica | | | | | | |
| Abuso sexual | | | | | 01 | |
| Exploração sexual | | | | | | |
| Negligência | | | | | | |
| Total | | | | | 01 | |

Número de Usuários atendidos Segundo Gênero e Vínculo do Agressor

| Tipos de Violência | Tios | | | | | |
|-----------------------|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | | | | 01 | |
| Violência psicológica | | | | | | |
| Abuso sexual | | | | | 01 | |
| Exploração sexual | | | | | | |
| Negligência | | | | | | |
| Total | | | | | 02 | |

Número de Usuários atendidos Segundo Gênero e Vínculo do Agressor

| Tipos de Violência | Avós | | | | | |
|-----------------------|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | 01 | | | | |
| Violência psicológica | | | | | | 01 |
| Abuso sexual | | | | 01 | 04 | |
| Exploração sexual | | | | | | |
| Negligência | | | | | | |
| Total | | 01 | | 01 | 04 | 01 |

| Número de Usuários atendidos Segundo Gênero e Vínculo do Agressor | | | | | | |
|---|-------------------|--------|---------|----------|--------|---------|
| Tipos de Violência | Outros Familiares | | | | | |
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | | | | | |
| Violência psicológica | | 01 | | | | |
| Abuso sexual | 01 | | | | 01 | 01 |
| Harassamento sexual | | | | | | |
| Inteligência | | | | | | |
| Total | 01 | 01 | | | 01 | 01 |

| Número de Usuários atendidos Segundo Gênero e Vínculo do Agressor | | | | | | |
|---|-----------|--------|---------|----------|--------|---------|
| Tipos de Violência | Outros | | | | | |
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | | | | | |
| Violência psicológica | | 04 | | | 07 | 07 |
| Abuso sexual | | 02 | | 01 | 11 | 07 |
| Harassamento sexual | | | | | 06 | |
| Inteligência | | | | | | |
| Total | | 06 | | 01 | 24 | 14 |

| Número de Usuários atendidos por gênero a Escolaridade | | | | | | |
|--|-------------------|--------|---------|----------|--------|---------|
| Tipos de Violência | Educação Infantil | | | | | |
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | 01 | | | | | |
| Violência psicológica | 05 | | | 01 | | |
| Abuso sexual | 02 | | | 02 | | |
| Harassamento sexual | | | | | | |
| Inteligência | | | | | | |
| Total | 08 | | | 03 | | |

| Número de Usuários atendidos por gênero a Escolaridade | | | | | | |
|--|--|--------|---------|----------|--------|---------|
| Tipos de Violência | Primeira a Quarta Série do Primeiro Grau | | | | | |
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | 02 | | | 01 | |
| Violência psicológica | | 06 | 01 | | 14 | |
| Abuso sexual | | 01 | | | 10 | |
| Harassamento sexual | | | | | 02 | 02 |
| Inteligência | | 07 | 02 | | 01 | |
| Total | | 16 | 03 | | 28 | 02 |

| Número de Usuários atendidos por gênero a Escolaridade | | | | | | |
|--|--|--------|---------|----------|--------|---------|
| Tipos de Violência | Quinta a Oitava série do Primeiro Grau | | | | | |
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | 01 | | | 02 | |
| Violência psicológica | | 04 | | | 03 | 01 |
| Abuso sexual | | 01 | | | 16 | 02 |
| Exploração sexual | | | | | 04 | 05 |
| Inteligência | | 03 | 01 | | | |
| Total | | 09 | 01 | | 25 | 18 |

| Número de Usuários atendidos por gênero a Escolaridade | | | | | | |
|--|--------------|--------|---------|----------|--------|---------|
| Tipos de Violência | Segundo Grau | | | | | |
| | Masculino | | | Feminino | | |
| | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 | 0 a 6 | 7 a 14 | 15 a 18 |
| Violência física | | | | | | |
| Violência psicológica | | | 01 | | | 01 |
| Abuso sexual | | | | | | 02 |
| Exploração sexual | | | | | | |
| Inteligência | | | | | | |
| Total | | | 01 | | | 03 |

| Número de Agressores segundo a Escolaridade | | | | | | | | | |
|---|-----|-----|----------|----------|--------|------|------|----------------|--------|
| Escolaridade | Pai | Mãe | Padrasto | Madrasta | Irmãos | Tios | Avós | Outro familiar | Outros |
| Educação Infantil | 03 | 01 | 01 | | | | 02 | | |
| Primeira a Quarta série do 1º grau | 05 | 24 | 11 | 01 | | 02 | 05 | 02 | 37 |
| Quinta a Oitava série do 1º grau | 04 | 05 | 01 | | 01 | | | 02 | 07 |
| Segundo grau | 01 | 01 | | | | | | | 01 |
| Não informado | | | | | | | | | |
| Total | 13 | 31 | 13 | 01 | 01 | 02 | 07 | 04 | 45 |

Numerar os registros da origem dos casos atendidos em outros especificando abaixo:

1. Projetos da ACEIAS
2. Projeto PETI
3. Empresas
4. Abordagem de Rua
5. Projeto Menina Cidadã

Numerar os registros em caracterização do agressor em outros especificando abaixo:

4. Vizinhos
5. Amigos
6. Amantes
7. Namorados
8. Cafetão
9. Policial

Numerar os registros em caracterização do agressor segundo a escolaridade em outros especificando abaixo:

10. 1ª a 4ª séries – 1º Grau
11. 5ª a 8ª séries – 1º Grau
12. Segundo Grau